



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAMPUS SOMBRIO

Agosto/2024



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Rudinei Kock Exterckoter
Reitor

Liane Vizzotto
Pró-reitora de Ensino

Victor Martins de Sousa
Diretor Geral do *Campus* Sombrio

Mirian Rocho da Rosa Silveira
Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão

Ana Cristina Quintanilha Schreiber
Coordenadora de Ensino

Comissão Responsável pela Elaboração do PPC
Portaria Nº 115/2022 – GAB/SOM, de 07 de novembro de 2022.
Portaria Nº 77/2024 - GAB/SOM, de 19 de março de 2024.

Ana Cristina Quintanilha Schreiber - SIAPE nº 23XXX09

Ana Maria de Moraes - SIAPE15XXX99

Darc Ionice Feijó da Rocha - SIAPE 22XXX97

Jefferson Jacques Andrade - SIAPE 18XXX36

Lucyene Lopes da Silva - SIAPE 18XXX35

Margarete Farias Medeiros - SIAPE19XXX61

Mara Juliane Woiciechoski Helfenstein – SIAPE 21XXX65

Rosemary de Fátima de Assis Domingos – SIAPE 18XXX35

Tereza Cristina Benevenuto Lautério – SIAPE 23XXX47

SUMÁRIO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

1 APRESENTAÇÃO	8
2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO	10
3 CONTEXTO EDUCACIONAL	14
3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO – <i>CAMPUS</i> SOMBRIO	14
3.2 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO	15
3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO	17
4 OBJETIVOS DO CURSO	20
4.1 OBJETIVO GERAL	20
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
4.3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO	21
5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	23
5.1 POLÍTICAS DE ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO	23
5.1.1 Políticas de Ensino	23
5.1.2 Política de Extensão	28
5.1.3 Política de Pesquisa e Política de Inovação	32
5.1.3.1 Pesquisa	32
5.2 POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE	37
5.2.1 Assistência Estudantil	38
5.2.2 Atividades de Nivelamento	40
5.3 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	40
5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado	41
5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)	42
6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	44
6.1 PERFIL DO EGRESSO	44
6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO	45
6.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	46
6.3.1 Relação Teoria e Prática	50
6.3.2 Atividades Práticas de Ensino	52
6.3.3 Prática como Componente Curricular	52
6.3.4 Interdisciplinaridade	54
6.5 MATRIZ CURRICULAR	59
6.5.1 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2025	59
6.5.2 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Opativos	63
7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	63
7.1 AÇÕES DE EXTENSÃO	64
7.2 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA	65
7.3 LINHAS DE PESQUISA	66



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

7.4 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES	67
7.5 ATIVIDADES DE MONITORIA	70
7.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	70
7.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	71
7.7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	71
7.7.2 Estágio Curricular não obrigatório	74
8 AVALIAÇÃO	75
8.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	75
8.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	78
8.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	79
8.4 AVALIAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO SABER	80
8.5 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA	80
9 EMENTÁRIO	81
9.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	81
9.2 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	109
10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	115
10.1 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE	115
10.2 COORDENAÇÃO DE CURSO	117
10.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	118
10.4 COLEGIADO DE CURSO	119
10.5 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL	121
10.6 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	123
11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	125
11.1 BIBLIOTECA	125
11.2 ÁREAS DE ENSINO E LABORATÓRIOS	126
11.3 ÁREAS DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA	127
11.4 ÁREAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	128
11.5 ACESSIBILIDADE	128
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	131



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

1 APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e *Campus* Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, o IFC possui 15 *campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiam todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia
COORDENADORA	Nome: Darc Ionice Feijó da Rocha Siape: 22XXX97 Regime de Trabalho: 40 horas com Dedicção Exclusiva Titulação: Especialização Telefone: (48)35334001 E-mail: darc.rocha@ifc.edu.br
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	Nome: Darc Ionice Feijó da Rocha Siape: 22XXX97 Regime de Trabalho: 40 horas com Dedicção Exclusiva Titulação: Telefone: (48)35334001 E-mail: darc.rocha@ifc.edu.br
	Nome: Ana Cristina Quintanilha Schreiber Siape: 23XXX09 Regime de Trabalho: 20 horas Titulação: Doutorado Telefone: (48)35334001 E-mail: ana.schreiber@ifc.edu.br
	Nome: Jefferson Jacques Andrade Siape: 18XXX36 Regime de Trabalho: 40 horas com Dedicção Exclusiva Titulação: Mestrado Telefone: (48)35334001 E-mail: jefferson.andrade@ifc.edu.br
	Nome: Lucyene Lopes da Silva Siape: 18XXX35 Regime de Trabalho: 40 horas com Dedicção Exclusiva Titulação: Doutorado Telefone: (48)35334001 E-mail: lucyene.dasilva@ifc.edu.br
	Nome: Margarete Farias Medeiros Siape: 19XXX61 Regime de Trabalho: 40 horas com Dedicção Exclusiva Titulação: Doutorado Telefone: (48)35334001 E-mail: margarete.medeiros@ifc.edu.br
	Nome: Mara Juliane Woiciechoski Helfenstein Siape: 21XXX65 Regime de Trabalho: 40 horas com Dedicção Exclusiva Titulação: Doutorado Telefone: (48)35334001 E-mail: mara.helfenstein@ifc.edu.br
	Nome: Rosemary de Fátima de Assis Domingos Siape: 18XXX35 Regime de Trabalho: 40 horas com Dedicção Exclusiva Titulação: Doutorado Telefone: (48)35334001



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	E-mail:rosemary.domingos@ifc.edu.br
	Nome: Tereza Cristina Benevenuti Lautério Siape: 23XXX47 Regime de Trabalho: 40 horas com Dedicção Exclusiva Titulação: Mestrado Telefone: (48)35334001 E-mail:tereza.lauterio@ifc.edu.br
MODALIDADE	Presencial
GRAU	Licenciatura
TITULAÇÃO	Licenciado em Pedagogia
LOCAL DE OFERTA	IFC - <i>Campus</i> Sombrio
TURNO	Noturno
NÚMERO DE VAGAS	40 vagas
CARGA HORÁRIA DO CURSO	Núcleo Básico: 840 horas Prática como Componente Curricular: 450 horas Estágio Curricular Obrigatório: 405 horas Trabalho de Conclusão de Curso: 30 horas Atividades Curriculares Complementares: 130 horas Curricularização da Extensão e da Pesquisa: 480 horas (integradas) Carga horária Total do Curso: 3295 horas
PERIODICIDADE DE OFERTA	Oferta anual
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	8 semestres
RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO CURSO	
Legislação vigente para o curso: <ul style="list-style-type: none">● Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei nº 9.394/1996;● Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003.● Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007.● Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004.● Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002;● Língua Brasileira de Sinais: Decreto nº 5.626/2005;	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei nº 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004.
- Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES nº 01/2010;
- Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto nº 9235 de 2017.
- Portaria 107/2004 de 22 de julho de 2004 – Sinaes e Enade: disposições diversas; Portaria Normativa nº 23 de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
- Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008.
- Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos.
- Curricularização da Extensão e da Pesquisa nos Cursos do Instituto Federal Catarinense - Resolução 13/2022 - Consuper.
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010.
- Plano de Desenvolvimento Institucional - 2024-2028. Reitoria do IFC - Blumenau, 2023.
- Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.
- Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense - Resolução 33/2019 - Consuper.
- Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC - Resolução 51/2022 Consuper.
- Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.
- Parecer do CNE/CP nº: 5/2005 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia
- Parecer do CNE/CP nº: 3/2006 - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

3 CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO – *CAMPUS* SOMBRIO

O *Campus* Sombrio está localizado na Av. Pref. Francisco Lumertz Júnior, 931, bairro Januária, no município de Sombrio/SC, na região do extremo Sul Catarinense.

A história do Instituto Federal Catarinense (IFC) - *Campus* Sombrio está ligada à antiga Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), criada em 05 de abril de 1993 por meio da Lei nº. 8.670, de 30 de junho de 1993, com o objetivo de atuar como uma Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, tendo sido transformada em Autarquia Federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº. 8.731, tendo entrado em funcionamento em 28 de março de 1994.

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Sombrio, Apesar de carregar o nome de Sombrio, a sede do *Campus* ficava, então, localizada no Município de Santa Rosa do Sul (emancipado após a criação da Escola).

Também em meados de 2008, com a necessidade de expandir as ações, efetivamente para o Município de Sombrio, que despontava como pólo microrregional, foi criada a unidade descentralizada urbana, denominada inicialmente Núcleo Avançado de Sombrio, posteriormente Unidade Urbana de Sombrio e partir da expansão da Rede Federal, por meio da Portaria 505/2014 do Ministério da Educação passa a ser denominado *Campus* Avançado de Sombrio (conf. Portaria/MEC 1.074/2014).

O movimento de criação deste *Campus* busca apresentar soluções técnicas para os arranjos produtivos locais, proporcionando o acesso e gerando novas tecnologias a partir da formação do jovem que cursa o ensino médio integrado ao Curso Técnico de Informática para Internet, bem como apresentar à comunidade local e adjacências mão de obra técnica especializada no que tange a melhoria do serviço apresentado na área da hospedagem, por meio do Curso Técnico em Hospedagem integrado ao Ensino Médio. Preocupando-se, ainda, com o jovem e com o adulto que não teve oportunidade de estudar em idade regular, o *Campus* empenha-se em ofertar em suas dependências a Qualificação Profissional em Assistente Administrativo - Nível Médio (EJA-EPT).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

No nível superior, o *Campus* fomenta carreiras com cursos de Tecnólogo em Gestão de Redes de Computadores, Tecnólogo em Gestão de Turismo e Licenciatura em Matemática.

Além dos cursos regulares, também são ofertados cursos nas modalidades de Formação Inicial e Continuada – FIC e desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão ligadas a projetos concebidos pelo corpo de servidores da instituição.

A correta estruturação de todos os ambientes, a gestão adequada do bem público e a necessidade de atendimento dos anseios da sociedade com relação ao *Campus* requerem uma crescente disponibilização de recursos humanos, financeiros e de bens, fator que serve de mola propulsora para que o *Campus* esteja em constante mudança e crescimento.

No dia 08 de maio de 2024, foi publicada no D.O.U. a portaria Nº 411, de 07 de maio de 2024, a qual altera a tipologia de 18 Campi Avançados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs. Com a indicação no ANEXO I, a unidade se efetivou, transformando-se em IFC - *Campus* Sombrio. A partir deste momento, inicia-se o processo de desvinculação administrativa do antigo *Campus* sede e de busca de sua autonomia e consolidação junto à comunidade/sociedade.

3.2 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

Os Institutos Federais foram criados pela Lei 11.892/2008, sendo instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, integrando conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI (IFC, 2024, p.151-152): “os cursos superiores de graduação ofertados pelo IFC visam garantir formação integral, sólida, abrangente e crítica para o estudante, como forma de prepará-lo para o exercício da cidadania e promover sua formação para o mundo do trabalho e seu pleno desenvolvimento profissional e pessoal”.

Este projeto de curso se insere em uma proposta de formação de professores, construída no âmbito da Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

A distância existente entre o Extremo Sul Catarinense e as regiões onde estão localizadas as Universidades Públicas dificulta o deslocamento da população que, em sua maioria, fica



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

impossibilitada de exercer o seu direito de ingressar em um curso superior gratuito, por residir em municípios distantes destas Universidades. Esta situação é agravada pelas dificuldades econômicas das famílias da região, uma das menos desenvolvidas do Estado.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, em sua Meta 15 visa garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. E estabeleceu como uma das estratégias para universalização da educação infantil na pré-escola e ampliação da oferta de educação infantil em creches, a promoção da formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior (Brasil, 2014).

A Educação Básica enfrenta hoje grandes desafios em relação ao fomento de propostas pedagógicas que estejam em consonância com as demandas sociais emergentes. Vivemos em um tempo de mudanças que nem sempre são refletidas no contexto escolar. Tais transformações exigem a formação de um profissional em Pedagogia com conhecimentos, habilidades e competências que lhe permitam inserção no mundo contemporâneo como docente, pesquisador e gestor de processos pedagógicos que envolvam crianças, adolescentes, jovens e adultos. Isso implica que a ampliação de oferta de novos cursos esteja pautada em projetos que visem à transformação social e que reflitam criticamente acerca dos espaços escolares e a prática docente.

Segundo o Resumo Técnico do Estado de Santa Catarina Censo Escolar da Educação Básica 2021, na educação infantil do estado de Santa Catarina, atuam 32.228 professores. Quando observada a escolaridade, 90,6% possuem nível superior completo (87,5% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0% de bacharelado). Dos profissionais dessa etapa de ensino, 5,0% têm curso de ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior. Desde 2017, houve um crescimento gradual no percentual de docentes com nível superior completo atuando na educação infantil, que passou de 76,6%, em 2017, para 90,6%, em 2021.

No ensino fundamental, atuam 49.629 professores, sendo que 29.659 atuam nos anos iniciais e 27.588 atuam nos anos finais. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

fundamental, 93,9% têm nível superior completo (89,9% em grau acadêmico de licenciatura e 4,0%, de bacharelado) e 2,4% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 3,7% com nível médio ou inferior.

Nos anos finais do ensino fundamental, 93,7% dos docentes possuem nível superior completo (91,2% em grau acadêmico de licenciatura). O percentual de docentes com formação superior em licenciatura aumentou 5,7 pontos percentuais no período entre 2017 e 2021.

Durante um período, a ausência histórica da oferta de cursos superiores públicos nas licenciaturas acarretou no crescimento da procura pelo curso de Magistério em Nível Médio, oferecido por uma única escola estadual. Curiosamente, parte significativa desses alunos já concluiu o Ensino Médio e optam pelo retorno a esta etapa da educação justamente por não encontrar a oferta de cursos superiores de Pedagogia em caráter presencial gratuitos. A carência da oferta no nível superior gratuito corrobora essa realidade, impedindo os educandos de acessar melhores colocações no sistema educacional e qualificá-los profissionalmente.

Diante dos contextos nacional e local abordados, a implantação do curso de Pedagogia deverá compor uma nova página na história da formação docente nesta região, com educação pública, presencial e de qualidade.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia do IFC - *Campus Sombrio* foi aprovado pela Resolução N° xxxx /2024 - Consuper/IFC, tendo início de suas atividades no ano de 2025.

3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

As Diretrizes Curriculares Nacionais ressaltam que a educação do licenciado em Pedagogia deve propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural.

O propósito dos estudos desses campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Para proporcionar essa educação busca-se uma concepção teórica fundamentada na abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético. Chauí (1995, p. 414) assim explica essa abordagem:

[...] materialismo, porque somos o que as condições materiais [...] nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nasce da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo.

Nessa perspectiva, os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo, em que são determinados por ela. Coerentemente, para o processo metodológico, buscamos a opção por um enfoque histórico-cultural.

A concepção histórico-cultural considera que todos são capazes de aprender e compreender que as relações e interações sociais estabelecidas pelos sujeitos são fatores de apropriação de conhecimento. Por isso, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais de todos os estudantes.

Por essa concepção, o papel do professor é conhecer o nível de desenvolvimento em que se encontram seus alunos a fim de estabelecer mediações pertinentes que possibilitem o desenvolvimento desses sujeitos. Rego (2002, p. 88) reforça que o fator imprescindível para as interações na sala de aula são os diferentes ritmos, comportamentos, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada sujeito. Esses imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade da troca de repertórios, de visão de mundo, confrontos, ajuda mútua e, conseqüentemente, a ampliação das capacidades individuais.

É importante ressaltar que a formação do graduando de Pedagogia tem peculiaridades muito especiais, ou seja, ele aprende a profissão no lugar similar àquele em que vai atuar, porém, numa situação invertida. Este movimento implica que deve haver uma coerência entre o que se faz na formação e o que dela se espera como profissional.

Assim, evidencia-se a necessidade que o futuro professor experiencie, como aluno, durante todo o processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende e venham a ser concretizados em suas práticas pedagógicas.

Diante dessa perspectiva de educação, o processo de ensino-aprendizagem está consubstanciado na (o):



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- **Visão de sujeito (aluno e professor):** como um sujeito que está inserido em um contexto histórico, capaz de agir e refletir sobre o mundo objetivando transformá-lo;
- **Visão do papel do professor:** como mediador, aquele que orienta, instiga e faz a mediação entre o aluno e o conhecimento, aquele que ensina e ao mesmo tempo aprende;
- **Conhecimentos:** selecionados que mantêm estreita relação com as experiências vividas pelo aluno, o que permite o estabelecimento de relações entre a vida cotidiana e a apropriação do saber científico produzido socialmente;
- **Metodologia:** que está pautada na interação das relações entre os sujeitos envolvidos no processo;
- **Avaliação:** enquanto processo, considerando essencialmente a apropriação dos conceitos científicos e sistematização crítica dos conhecimentos. As Diretrizes Curriculares Nacionais ressaltam que a educação do licenciado em Pedagogia deve propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 OBJETIVO GERAL

- Formar professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, gestão escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver posturas éticas e críticas necessárias para a formação da identidade profissional, interagindo como sujeitos conscientes do seu papel na construção e transformação do meio em que vivem;
- Estimular posturas ativas na busca e construção dos espaços sociais para a definição de seus próprios caminhos e ressignificações de suas práticas educacionais;
- Propiciar ao Licenciado em Pedagogia conhecer a escola como organização complexa, tendo como função promover a educação para a cidadania;
- Articular ensino, pesquisa e extensão, voltando-os às demandas sociais;
- Propiciar uma sólida formação e domínio em conteúdos específicos na área de formação;
- Possibilitar a identificação das etapas do planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógica, com competência técnico-científica;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais, locais e regionais, e propor encaminhamentos relacionados às questões da qualidade de ensino, assim como, medidas que contribuam para superar a exclusão social;
- Possibilitar conhecimento de metodologias de ensino-aprendizagem e materiais de apoio e ensino para decidir, diante de cada conteúdo específico e cada classe particular de alunos, qual o melhor procedimento pedagógico para favorecer a aprendizagem avaliando os resultados de suas ações por diferentes caminhos.

4.3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

São requisitos de acesso para os interessados no Curso de Licenciatura em Pedagogia:

- Ser portador de diploma de Ensino Médio ou equivalente, emitido por Instituição reconhecida pelo MEC.
- Participar do processo de seleção, de acordo com as normas definidas pela instituição em Edital próprio;
- Obter classificação necessária no ENEM.

O ingresso no curso se fará por:

- Exame Nacional do Ensino Médio/Sistema de Seleção Unificado (ENEM/SISU) - O critério de seleção "Nota Geral do Enem" é destinado para os candidatos que concluíram o ensino médio, prestaram a prova do ENEM nos anos indicados no edital de seleção e queiram utilizar a média geral obtida no ano escolhido para concorrer à vaga. As normas do processo são estabelecidas em edital específico;
- Edital Cadastro Reserva - O Cadastro de Reserva de vagas consiste em uma lista de classificação (com base nas notas obtidas no Ensino Médio, conforme Histórico Escolar), da qual poderão ser convocados(as) candidatos(as) para preenchimento de vagas que surgirem até um mês após o início das aulas, após esgotadas as chamadas via SISU.
- Edital Vagas Não-Ocupadas - O Edital de Vagas Não-Ocupadas consiste em uma lista de classificação, da qual poderão ser convocados(as) candidatos(as) para preenchimento de vagas que surgirem até um mês após o início das aulas, após esgotadas as chamadas via Sisu e Cadastro de Reserva;
- Edital de Transferência Interna, Externa, Reintegração e Ingresso de Diplomados - Ingresso conforme disponibilidade de vagas previstas em edital, conforme classificação dos candidatos.
- Transferência *ex-officio*, na forma da lei.

As formas de acesso para o Curso de Pedagogia respeitarão as ações afirmativas, de acordo com as leis vigentes, deliberadas pelo Colegiado de Dirigentes do IFC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

5.1 POLÍTICAS DE ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024/2028 (Instituto Federal Catarinense, 2024, p. 146-216) as Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação, estão assim definidas no documento:

5.1.1 Políticas de Ensino

As políticas de ensino, que visam atender tanto a educação básica quanto a superior, estão demarcadas pela atuação dos Institutos Federais. Esta instituição traz na sua concepção a educação profissional e tecnológica como um “processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder” (Brasil, 2003, p. 10). Pensar em políticas públicas de ensino demanda

destacar a ação política, orgânica ou não, de diferentes atores e contextos institucionais marcadamente influenciados por marcos regulatórios fruto de orientações, compromissos e perspectivas – em escala nacional e mundial –, preconizados, entre outros, por agências e/ou organismos multilaterais e fortemente assimilados e/ou naturalizados (Dourado, 2007, p. 922).

Uma política de ensino ajustada aos princípios desta concepção reconhece as influências estabelecidas por relações nos mais diferentes âmbitos, em termos locais, regionais, nacionais e internacionais, para a sua efetivação. Implica, então, não desconsiderar que todo o processo educativo é mediado pelas relações do contexto sociocultural, pelas condições institucionais nas quais acontecem as relações de ensino-aprendizagem, pelos fatores organizacionais, pelo dinamismo em que se dá a construção do projeto político-pedagógico e pela materialização dos processos de organização e gestão da educação (Dourado, 2007).

Assim, reconhecer a historicidade dessas relações pedagógicas compreende uma organização curricular dos Institutos Federais como um espaço ímpar de construção de saberes, cuja proposta se constrói através da verticalização dos currículos. A organização curricular assim pensada viabiliza “[...] dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear”, fazendo “[...] com que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização” (Pacheco, 2011, p. 22).

Pensar a verticalização dos currículos requer desatar as amarras de “[...] oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações” (Pacheco, 2011, p. 21). A verticalização dos currículos como um princípio organizador requer identificar fluxos capazes de permitir que se construam trajetórias formativas entre os distintos “[...] cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica” (Pacheco, 2011, p. 21).

Assim, os Institutos Federais “[...] representam uma nova institucionalidade na oferta da educação profissional no Brasil” (Ortigara, 2013, p. 2), considerando sua característica *sui generis*: a necessidade de verticalização. Sendo assim, trata-se de uma ação não somente pedagógica, mas também de gestão.

Floro (2014, p. 2), sobre esta questão, argumenta que:

[...] a formação de uma parcela significativa dos docentes é parcialmente compatível com os novos cursos criados, de modo que ele é cooptado a atuar em todos os níveis e modalidades de ensino, ao passo em que os alunos são estimulados a dar prosseguimento a cursos do mesmo eixo tecnológico, havendo a possibilidade de redução do percurso formativo por meio do aproveitamento de disciplinas e de experiências adquiridas.

No aspecto pedagógico, a verticalização apresenta o benefício de possibilitar ao professorado “[...] dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação”, incitando procurar práticas pedagógicas múltiplas para estabelecer vínculos verticalizados com diferentes níveis de ensino, com a extensão, a pesquisa e a inovação (Pacheco, 2011, p. 26-27). A verticalização da oferta de cursos no IFC contribui para a promoção da integração da educação básica à educação profissional, da extensão, pesquisa e inovação, em um mesmo *campus* e grupo de professores.

Destá maneira, os Institutos Federais, enquanto *locus* de oferta de educação de qualidade social nos diversos níveis e modalidades de ensino, precisam se relançar constantemente aos desafios de reconstruir, de redefinir conceitos e ações orientadoras, visando estabelecer novas práticas pedagógicas. Isso pressupõe políticas e ações que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos (científicos, éticos, humanos, técnicos e tecnológicos), a



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

investigação científica e a interação com as diversas instâncias sociais, objetivando diminuir as fragilidades e qualificar as comunidades locais/regionais.

Destaca-se, na gênese dos Institutos Federais, especialmente os objetivos de ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados; educação profissional articulada à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos; e, em nível de educação superior, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Tais ofertas se desenvolvem numa perspectiva de estreita relação com a sociedade e atendimento das demandas sociais, culturais e produtivas regionais, na proposição de democratização e interiorização da educação.

Fundamental para este processo é a decisão política que percebe que o desenvolvimento move-se a partir das fronteiras abertas ao interior. Permitir que a educação profissional e tecnológica pública e de qualidade chegue aos espaços mais remotos, em certa medida, desconsiderados pelo poder público, é um compromisso inadiável (Silva, 2017). Precisam ser constantes as observações, pelas instituições, das realidades locais/regionais, visando contribuir de maneira significativa com o desenvolvimento e a disseminação de ações destinadas a melhorar e aperfeiçoar os Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais. O olhar atento do IFC às comunidades de seu entorno ratifica o seu compromisso com a sociedade/comunidade, propiciando uma relação mais imediata e que se expressa mediada tanto pelas atividades de Pesquisa e de Extensão quanto pelos cursos que oferta, favorecendo o reingresso, a atualização, o aprimoramento do trabalhador ou a elevação de sua escolarização.

Atendendo a estes objetivos legais, o IFC, ao orientar sua política de ensino articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a trabalho e assume o compromisso de assegurar aos profissionais a possibilidade de continuar em desenvolvimento ao longo da vida.

Portilho (2008) debate sobre a formação continuada, destacando que a aprendizagem é um processo inerente ao ser humano e que ocorre durante toda a vida. Por ocorrer ao longo da vida, ela se difere no que diz respeito ao modo como “ampliamos nosso potencial de aprendizagem e no desenvolvimento da habilidade reflexiva que utilizamos para monitorar a nossa própria aprendizagem” (Portilho, 2008, p. 15); para tanto, demanda um estado de superação constante da



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

dicotomia já naturalizada entre natureza e criação, tendo em vista que “aprender bem ao longo da vida desperta a necessidade de monitorarmos constantemente o nosso nível de compreensão, observando quando é preciso mudar o rumo das nossas estratégias” (Portilho, 2008, p. 23).

Essa “vigilância” constante de nossos processos de aprender precisa estar articulada a novas possibilidades, caminhos e tentativas. Aprender ao longo da vida não é somente abrir uma porta que nos insere no século XXI. É prestar contas a nós mesmos, “[...] como alguém que ao aprender se percebe, se constrói, se transforma” (Portilho, 2008, p. 23). Nesse sentido, o IFC, com sua responsabilidade social, por meio de uma educação de qualidade referenciada, busca formar seres humanos cada vez mais aptos a conviver, ser tolerantes, solidários e responsáveis pelo mundo como um lar humano em constante construção. A instituição visa formar cidadãos que realmente naveguem entre seus direitos e deveres, ensinando, através desses direitos e deveres, a condição humana e a identidade da vida na Terra (Morin, 2000), promovendo a consciência humana e ética, impulsionados pelo sentimento de pertencimento à espécie humana.

Além disso, a verticalização dos cursos no IFC viabiliza o compromisso com a formação continuada na perspectiva da formação ao longo da vida. É nesse sentido que se assume na política de ensino o compromisso com a Educação de Jovens e Adultos e com formação continuada, seja através da qualificação profissional ou pós-graduação.

Na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o IFC defende os currículos integrados, que se constituem em instrumentos que viabilizam a compreensão da realidade, tanto do contexto da profissão quanto do contexto social, político, econômico, cultural e científico. Portanto, os cursos técnicos pressupõem a teorização crítica que possibilita ao estudante utilizar conceitos e referenciais teóricos das áreas do saber para compreender e refletir sobre a realidade em que está inserido, “[...] permitindo contatar com maior facilidade dimensões éticas, políticas e socioculturais que as visões exclusivamente disciplinares tendem a relegar a um segundo plano” (Santomé, 1998, p. 26). Pensar um currículo integrado traz o desafio de assegurar o comprometimento com a concepção teórico-metodológica da Educação Profissional Técnica, visando à formação omnilateral dos estudantes como sujeitos para a vida em sociedade.

No que tange à Formação de Professores, o IFC assume o compromisso como instituição formadora em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, de promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, conforme as



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes. Visando à articulação entre as ofertas nos diversos níveis e as redes de ensino, o IFC tem instituído espaço específico de articulação, o Colegiado Institucional Articulador da Formação de Professores (COFOR).

A formação inicial e a formação continuada de professores visam à preparação e ao desenvolvimento de professores para o magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, o ensino e a aprendizagem, a gestão democrática, a autoavaliação e a avaliação institucional.

O estudo de Gatti *et. al* (2009) constata a existência de uma queda no interesse em seguir a carreira docente, devido a múltiplos fatores; o IFC, como instituição formadora e objetivando cumprir o estabelecido na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, se firma no compromisso com esta formação, preparando profissionais, tanto em cursos de licenciatura quanto em programas especiais de formação pedagógica, que sejam capazes de contribuir para solucionar os desafios inerentes à profissão, por meio de ações pedagógicas inovadoras que objetivem romper com processos organizativos disciplinares e fragmentados que caracterizam historicamente os cursos de formação de professores.

Diante destes compromissos, a curricularização da pesquisa e da extensão vem como política que permite articular a pesquisa como princípio educativo, a extensão como ação dialógica e o ensino como síntese dos três processos. Integrar a pesquisa e a extensão ao desenvolvimento do ensino possibilita vivenciar práticas e saberes que extrapolam os esquemas tradicionais que compõem os currículos acadêmicos.

As ações de Ensino propostas pelo Instituto Federal Catarinense estão reguladas pela Lei 11.892/2008, pelo Acordo de Metas e Compromissos firmado entre MEC/Setec e IFC, pelas metas definidas no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e pelos princípios pedagógicos definidos no PPI/PDI vigente. Para assegurar o desenvolvimento do ensino, conforme legislação vigente, o IFC traça seu percurso em documentos institucionais próprios, como Diretrizes e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Organização Didática. Visando garantir identidade institucional na concepção dos cursos, as matrizes curriculares se constituem com unicidade de 75% para os cursos com a mesma nomenclatura. Nessa unicidade, são observados os nomes dos componentes curriculares, a carga horária, bem como suas respectivas ementas.

As Diretrizes estabelecem as concepções, os princípios e os fundamentos das ofertas do IFC, construídas a partir das discussões no ambiente escolar e na comunidade. Tais documentos orientam o trabalho de organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas, complementando os demais documentos orientadores institucionais e buscando a equidade da aprendizagem e da estruturação acadêmica. Há que se considerar ainda que as diretrizes objetivam também preservar a autonomia institucional e sua proposta pedagógica. Já a organização didática tem por finalidade orientar e reger os procedimentos didático-pedagógico-administrativos relativos aos cursos, primando pela distribuição das responsabilidades e participação nos processos decisórios, com objetivo de consolidar na instituição processos de gestão democrática na constituição dos Colegiados e Núcleos Docentes.

5.1.2 Política de Extensão

No IFC a extensão é compreendida como processo educacional que incorpora a formação humana, levando em conta as características locais, sociais, culturais e científicas, podendo tornar o conhecimento produzido acessível à própria instituição e aos cidadãos, razão da existência da extensão. Assim, por meio das políticas da extensão, é possível a revitalização institucional, pois suas ações estabelecem como prioridade as demandas e as experiências externas da comunidade, visando atender a concretude dos processos formativos. É preciso ressaltar a relevância da extensão para a renovação da prática e dos métodos acadêmicos. As atividades extensionistas, quando desenvolvidas em diálogo com a comunidade, colaboram para superar a repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A política de extensão do IFC tem por objetivo a construção do conhecimento científico em diálogo com a comunidade. Neste sentido, o IFC empenha-se na superação da desigualdade, fator que ainda gera exclusão dentre os cidadãos. Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os cidadãos a participarem



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

com responsabilidade e compromisso em projetos que buscam melhoria de vida, por meio da educação. Para isso, os Programas, os Projetos e as Ações da instituição devem considerar as necessidades da comunidade, firmar intercâmbio que resulte na reflexão-ação da realidade e permitir o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão, pesquisa e inovação.

As políticas públicas de extensão são garantidas a partir Constituição Brasileira (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que determina 10% da carga horária dos cursos em curricularização da extensão, e das Diretrizes Nacionais de Extensão.

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito da Rede EPCT e do IFC, a extensão é definida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos, visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage.

Assim conceituada e à luz da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal, as diretrizes de extensão do Instituto Federal Catarinense são:

- I. Interação dialógica: pretende-se fazer ações com a comunidade. As relações entre o IFC e a comunidade são marcadas pelo diálogo, pois se entende a importância do processo de troca entre os saberes popular e acadêmico. Dessa forma, nossa prática extensionista ocorre como ação de via dupla com os atores sociais que participam da ação.
- II. Indissociabilidade com o ensino, a pesquisa e a inovação: promove-se uma nova visão de aprendizagem, integrando a ela o processo de produção do conhecimento, a qual é entendida como princípio intrínseco e essencial para formação acadêmica dos discentes. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).
- III. Impacto e transformação: entende-se que as atividades extensionistas constituem aporte decisivo para a formação humana do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as questões sociais, facilitando a



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

apropriação de compromissos éticos e sociais. Ademais, compreende-se que as atividades de extensão atendem aos arranjos produtivos, culturais e sociais em consonância com a realidade das comunidades locais e regionais. Há forte caráter de promoção da autonomia das comunidades, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade social.

- IV. **Interdisciplinaridade:** busca-se a integração de diferentes eixos tecnológicos, de áreas distintas do conhecimento, afirmando ações em convergência com as Áreas Temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho. Visa-se à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.
- V. **Avaliação formativa:** propõe-se o acompanhamento processual e qualitativo das ações. É de fundamental importância a avaliação da sociedade sobre as atividades do IFC, bem como a análise do impacto da ação extensionista na transformação tanto da comunidade como do próprio IFC, que pode ser percebida pela criação de novos cursos, estágios e linhas de pesquisa.

A política perpassa todas as modalidades de extensão desenvolvidas pelos Institutos Federais, sejam aquelas de governo ou de Estado, comuns a todos os institutos, ou aquelas desenvolvidas internamente, por meio de programas, projetos e atividades com recursos próprios e apoio de parceiros. As modalidades de extensão para o alcance dos objetivos institucionais são:

- **Programas:** conjunto de ações de caráter orgânico institucional, com duração superior a um ano, com clareza de diretrizes, orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica), inclusive do ensino, da pesquisa e da inovação.
- **Projetos:** conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes, técnicos administrativos, discentes e a comunidade, com prazo definido, sendo projetos tecnológicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos e de grupos de estudos.
- **Serviços, produtos e processos tecnológicos:** atividades não rotineiras de consultoria, assessoria, laudos técnicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- Eventos: constituem-se em ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFC, com classificação por interesse e número de participantes e metodologia.
- Estágio e emprego: compreende ações que visam à inserção dos alunos do IFC no mundo do trabalho, por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como a captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio/emprego do setor produtivo. O estágio deve atender ao perfil de egresso da formação dos estudantes, como uma oportunidade de enriquecimento e complementação da formação profissional.
- Produção e publicação: elaboração de materiais didáticos, tais como livros, E-BOOKS, apostilas, manuais, cartilhas, vídeos, filmes, softwares, CDs e outros, articuladas às Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Inovação e de Extensão.

Em suma, a política de extensão do IFC resulta na responsabilidade social coletiva (estudantes, servidores e comunidade em geral), com a participação de todos para uma formação profissional capaz de compreender a educação como processo social emancipatório que proporciona aos cidadãos o exercício consciente da cidadania.

5.1.3 Política de Pesquisa e Política de Inovação

5.1.3.1 Pesquisa

Um dos desafios da educação profissional e tecnológica consiste em buscar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. A ‘pesquisa’, termo etimologicamente derivado do verbo ‘perquirir’, é uma ação intencional de procurar conhecer algo com afinco, por meio da indagação, inquirição, investigação e averiguação, e constitui-se em um caminho de excelência para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas inter-relações com o mundo da vida social e do conhecimento. Inserida no contexto da educação profissional e tecnológica, a pesquisa: estabelece estreita relação com as demais atividades de formação, como o ensino, a extensão e a inovação; permeia as relações entre os processos formativos e o contexto em que estes ocorrem; acontece em situações e níveis de profundidade e de rigor diversos, considerando o princípio da verticalidade dos processos educativos – da qualificação profissional até a pós-graduação *stricto*



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

sensu; articula os saberes e as práticas instituídos com as situações desconhecidas, constituindo-se em princípio educativo; e busca promover melhorias às condições de vida das pessoas, por meio da inovação e da transferência de conhecimentos e tecnologias às comunidades atendidas.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino, da extensão e da inovação e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisa preconizadas pela legislação vigente.

Alinhada às concepções e princípios apresentados neste documento, a política de pesquisa e inovação do IFC organiza-se de modo a contemplar as indicações expressas na Lei nº 11.892/2008, quanto à finalidade e às características dos IFs: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.” (Brasil, 2008). Na mesma Lei, depreende-se que um dos objetivos dos IFs é o de “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.” Considerando as relações existentes entre ensino, extensão, pesquisa e inovação, e sua integração nas atividades acadêmicas, a pesquisa desenvolvida nas diversas áreas da ciência é entendida como procedimento sistemático e criativo que busca coerência lógica e crítica para intervenção na realidade.

Tais procedimentos podem ser desenvolvidos com a criação de novos produtos e/ou procedimentos extensíveis à comunidade, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico. Neste sentido, a ideia de Lukács (1978), a respeito de mover-se e ser movido por meio dos questionamentos, possibilita que, também por meio da pesquisa e de seus resultados, seja possível intervir na realidade e modificá-la.

Esta intervenção está intimamente atrelada à necessidade de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população das regiões nas quais o IFC tem *campus* instalado. Assim, os processos de verticalização dos cursos, a produção do conhecimento, a implantação de cursos de pós-graduação e o desenvolvimento e aprimoramento das pesquisas, integradas ao ensino, à extensão e à inovação são elementos necessários para o fortalecimento institucional, uma vez que, entre os objetivos dos IFs, está a oferta de “[...] cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e de cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.” (Brasil, 2008).

A política de pesquisa do IFC também se alinha ao marco legal da ciência, tecnologia e inovação vigente, pois atende aos seus princípios, dentre os quais se destacam: a promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social; a promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade; a redução das desigualdades regionais; a descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado; a promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas; a promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica; a simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação, e a adoção de controle por resultados em sua avaliação; dentre outros (Brasil, 2016).

De acordo com a Resolução nº 070/2013 – Consuper/IFC que trata do Regulamento das Atividades de Pesquisa, no âmbito do IFC, os objetivos são:

- I. Estimular a realização de pesquisas científicas e tecnológicas inovadoras, capazes de agregar valores e conhecimentos técnico-científicos de interesse da sociedade e de seus segmentos;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo investigativo de geração, adaptação e transformação de soluções científicas, técnicas e tecnológicas que atendam as demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Fortalecer e consolidar os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, articulando-os às perspectivas globais de desenvolvimento humano, ambiental e socioeconômico;
- IV. Estimular o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à curiosidade e investigação científica;
- V. Implantar e difundir a cultura de inovação tecnológica, bem como promover políticas de proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual;
- VI. Desenvolver e consolidar os Grupos de Pesquisa e a Iniciação Científica e Tecnológica, bem como subsidiar o desenvolvimento de programas de pós-graduação.

Para fomentar o desenvolvimento de pesquisas entre servidores e alunos, é ofertado o Programa de Bolsas regulamentadas por dispositivos internos específicos, em consonância às



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

orientações nacionais. As bolsas de pesquisa são distribuídas em cotas, a alunos do ensino médio e da graduação, para estimular o desenvolvimento de pesquisas orientadas por servidores da instituição. Deste modo, o programa de bolsas de iniciação científica e tecnológica e de inovação possui as seguintes modalidades:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), que disponibiliza bolsas para estudantes de graduação financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-AF), destinadas à participação dos beneficiários das políticas de ação afirmativa do IFC para ingresso no ensino superior;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), para estudantes do ensino superior, voltado ao desenvolvimento e à transferência de novas tecnologias e inovação;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (Pibic-EM), para estimular a iniciação científica dos estudantes do ensino técnico;
- Bolsas de Pesquisa e de Inovação Internas do IFC, para alunos de graduação, distribuídas anualmente, conforme disponibilidade de recursos próprios da instituição;
- Bolsas de Pesquisa e de Inovação Internas do IFC, para alunos do ensino médio, conforme disponibilidade financeira da instituição.

O IFC, além disso, desenvolve um programa de apoio à produção e publicação científica, em que se destacam as seguintes ações realizadas anualmente e levadas ao conhecimento e participação da comunidade por meio de editais específicos:

- Fomento a projetos de pesquisa, com a concessão de bolsas e auxílios financeiros para o desenvolvimento de projetos, destacando-se a chamada de apoio a projetos voltados ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- Apoio à publicação de artigos em periódicos científicos e apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- Apoio à publicação de livros, manuais e congêneres na Editora do IFC;
- Apoio à realização de eventos técnico-científicos, dentre outros.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Estas iniciativas buscam privilegiar o desenvolvimento de pesquisas que, além da produção de conhecimento, contemplem a interdisciplinaridade entendida “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (Demo, 1997, p. 88-89). Nesse contexto, por meio da colaboração entre servidores/pesquisadores, torna-se possível articular redes de pesquisa envolvendo servidores e estudantes dos vários *campi* na perspectiva da colaboração, no compartilhamento de processos e materiais e dos resultados.

Para o CNPq, “as redes de pesquisa visam impulsionar a criação do conhecimento e o processo de inovação resultantes do intercâmbio de informações e, sobretudo, da junção de competências de grupos que unem esforços na busca de metas comuns, podendo ou não haver compartilhamento de instalações.” (Brasil, 2018). No contexto do IFC, as redes de pesquisa são uma importante forma de colaboração que permitem ampliar a rede de conhecimentos para vários *campi* e comunidades.

5.1.3.2 Inovação

A inovação, particularmente, é considerada resultado do trabalho conjunto entre ensino, extensão e pesquisa, e tem como objetivo o desenvolvimento de soluções tecnológicas para os problemas locais. A Política de Inovação, sintonizada com a Política de Pesquisa, trata, de modo mais específico, dos aspectos relativos à inovação, à propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e de conhecimento, às criações e produções científicas e tecnológicas do IFC, aos direitos delas decorrentes, ao empreendedorismo, à prestação de serviços, à inovação/tecnologia social e à cooperação, tendo por base as seguintes diretrizes:

- I. A promoção de ações de incentivo à inovação científica e tecnológica, visando contribuir com a independência tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do estado e do país;
- II. A difusão dos conceitos e demais aspectos relacionados à inovação, à propriedade intelectual e à importância estratégica para a proteção dos direitos, como fator de desenvolvimento institucional;
- III. A transferência de tecnologia/conhecimento protegida e pertencente ao IFC, visando a sua efetiva aplicação junto à sociedade;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- IV. O apoio às ações institucionais voltadas ao empreendedorismo, tais como Incubadoras, Centros de Inovação, Parques Tecnológicos, entre outros arranjos;
- V. A formação de alianças cooperativas e interinstitucionais para a criação de ambientes voltados à inovação científica e tecnológica.

A Política de Inovação alinha-se, portanto, à Lei de Inovação n. 10.973 de 2004, o Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - Lei n. 13.243 de 2016 e Decreto n. 9.283 de 2018 e novos marcos legais vigentes, cujos princípios mais diretamente afetos são: estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa; desenvolvimento e inovação de parques e polos tecnológicos no país; incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia; fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs; apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo, dentre outros.

Cabe destacar que a Política de Inovação do IFC a concebe em duas perspectivas: a tecnológica, quando orientada à criação e/ou melhoria de processos, produtos e serviços de interesse do setor produtivo; e social, quando orientada à melhoria das condições de vida de grupos sociais e desenvolvidos em interação com a comunidade, tendo em vista o estabelecimento de mecanismos de transformação social. Além disso, na perspectiva da inovação social, parte-se da premissa de que a tecnologia correspondente, a tecnologia social, deve ser apropriada pela população-alvo.

As ações desenvolvidas são voltadas para: gestão da propriedade intelectual produzida no IFC; acompanhamento e apoio aos projetos diagnosticados com potencial de inovação; realização de palestras e treinamentos aos servidores do IFC sobre temas relacionados à inovação, à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia; intermediação entre as demandas identificadas junto à sociedade e a capacidade institucional de atuação; orientação e acompanhamento dos processos de transferência de tecnologia; dentre outros.

5.2 POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE

As Políticas de Atendimento ao Estudante são regulamentadas no IFC pela Resolução Nº 22/2022 - CONSUPER, de 14 de maio de 2022, que se fundamentam em um conjunto de princípios



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

e objetivos norteadores de programas e ações que visam promover o acolhimento, a permanência e o êxito dos estudantes na instituição e são pautadas nos seguintes princípios:

- I. Formação integral de modo a contribuir para que o estudante construa sua própria
- II. trajetória de vida, numa perspectiva crítica, autônoma e criativa;
- III. Equidade nas condições de permanência e êxito no percurso formativo;
- IV. Integração entre ensino, pesquisa e extensão para a efetivação das políticas
- V. institucionais;
- VI. Combate a todas as formas de preconceito, visando o respeito à diversidade.

A Política de Atendimento ao Estudante do IFC é implementada através dos seguintes programas e ações, entre outros:

- I. Inclusão e diversidade;
- II. Atendimento multiprofissional;
- III. Promoção da saúde;
- IV. Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- V. Apoio aos movimentos estudantis;
- VI. Alimentação escolar;
- VII. Programa de Auxílios Estudantis (PAE);
- VIII. Moradia estudantil;
- IX. Incentivo à participação em eventos e visitas técnicas.

Os programas e ações são desenvolvidos diretamente nos *campi* do IFC, por equipe multiprofissional composta por docentes e profissionais das áreas de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Medicina, entre outras, ofertados conforme particularidades de cada *campus* ou em articulação entre os *campi*.

5.2.1 Assistência Estudantil

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, e/ou com renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades:

- **Auxílio-Moradia:** destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de aluguel, em razão do ingresso no IFC, e que sejam oriundos de outros municípios ou de zonas rurais distantes, para que possam residir nas proximidades do *campus*.
- **Auxílio-Permanência I:** destinado a estudantes em extrema vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outras, cujos serviços correspondentes não são fornecidos pelo IFC, visando, assim, à permanência e ao êxito acadêmico.
- **Auxílio-Permanência II:** destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

didático, entre outras, cujos serviços não são fornecidos pelo IFC, visando, assim, à permanência e ao êxito acadêmico.

Os estudantes contemplados com o Auxílio-Moradia podem acumular este com mais um auxílio do PAE: Permanência I ou Permanência II. Os auxílios Permanência I e Permanência II não são acumuláveis. Qualquer auxílio financeiro do PAE pode ser acumulado com bolsas recebidas pelo estudante, tais como Bolsa Pesquisa (PIBIC, PIBIC-Af, PIBITI e PIBIC-EM do CNPq e bolsas com fomento interno), Bolsa Extensão, PET Educação, Pibid, Monitoria e Bolsa Permanência MEC.

5.2.2 Atividades de Nivelamento

Na primeira semana de aula, os professores realizam atividades básicas diagnósticas para o desenvolvimento das atividades letivas. Durante o ano, ao sentir necessidade de retomar algum conteúdo específico, os docentes dedicam mais um tempo à questão, no caso de ser uma dificuldade generalizada. Caso sejam individualizadas, são ofertadas em horários alternativos para reforço na medida da disponibilidade de tempo dos docentes.

Também podem ser disponibilizados cursos que atendam às dificuldades específicas registradas em cada semestre letivo, como por exemplo, oficinas de leitura e produção de textos.

5.3 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

As políticas públicas estabelecem aos sistemas de ensino a responsabilidade em relação à inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas características pessoais e diferenças sociais, culturais, étnico-raciais, dentre outras (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2008, Brasil, 2015).

A partir desse pensamento, destaca-se que o IFC bem como o curso de Licenciatura em Pedagogia – *Campus* Sombrio atua na perspectiva da educação inclusiva, buscando favorecer o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, inclusive daqueles com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação ou necessidades específicas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

O acesso é oportunizado através da Política de Ações Afirmativas do IFC, que são políticas públicas feitas com o objetivo de corrigir desigualdades presentes na sociedade, acumuladas ao longo dos anos, mais conhecidas como cotas. Para o acesso nos processos seletivos, o IFC segue o que está estabelecido nas Leis nº12.711 de 29 de agosto de 2012 e na Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, com relação à oferta de vagas pelo sistema de ações afirmativas.

5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações que compõem o atendimento ao estudante do IFC, regulamentado pela Resolução Nº 15/2021 – CONSUPER, de 29 de abril de 2021. Entende-se por AEE o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes.

São considerados público do AEE: estudantes com deficiência; estudantes com transtornos globais do desenvolvimento; estudantes com altas habilidades/superdotação e estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo, mediante avaliação da equipe de AEE.

A necessidade de atendimento para o estudante é avaliada pela equipe de AEE, sob enfoque pedagógico. A equipe de AEE é composta, em cada *campus*, no mínimo por pedagogo, psicólogo e professor de Educação Especial/AEE. A instituição tem compromisso com a garantia da presença destes profissionais nos *campi*, especialmente do professor de Educação Especial/AEE. Temporariamente, nos *campi* em que não há os cargos específicos que compõem a equipe de AEE, esta é constituída também por profissionais de outros *campi*.

Dentre os principais objetivos está o apoio ao desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos, permitindo a diminuição das barreiras existentes no processo de ensino e aprendizagem, além de promover condições para a continuidade dos estudos em todos os níveis e em todas as etapas e modalidades de ensino.

Para os estudantes no ensino superior será ofertado o atendimento do AEE, a garantia da certificação diferenciada e a adequação temporal do currículo diferenciada em consonância com a legislação vigente em nosso país.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Atualmente, o Instituto Federal Catarinense – Campus Sombrio conta com uma estrutura de acessibilidade para alunos com necessidades específicas, tais como; elevador de acesso às salas de aulas, rampas de acesso ao bloco administrativo e ao bloco pedagógico, banheiros adaptados para cadeirantes, piso tátil, sala de Atendimento Educacional Especializado, equipe do atendimento educacional especializado e tradutores intérpretes de Libras.

5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Com base na legislação brasileira e na Política de Inclusão e Diversidade do IFC e, ainda, visando assegurar e operacionalizar as ações referentes ao currículo inclusivo na instituição, o IFC *Campus Sombrio*, instituiu o Comitê de Diversidade e Inclusão, composto por núcleos inclusivos: a) Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI); b) Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); c) Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES). Esses núcleos são compostos por docentes do *campus* e técnicos administrativos em educação, discentes e membros da comunidade externa com interesse pela temática.

O Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é voltado para o fomento a estudos das questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, e para o desenvolvimento de ações de inclusão e quebra de barreiras arquitetônicas, nas comunicações e na informação, tecnológicas e, especialmente, atitudinais.

Ao NAPNE do *Campus Sombrio* compete:

- I. sugerir e contribuir com o desenvolvimento de ações de implementação de políticas de inclusão, conforme as demandas existentes na região de abrangência, nas esferas municipal, estadual e federal;
- II. articular e promover ações referentes à questão da equidade e da proteção dos direitos de pessoas com deficiência e necessidades específicas, através de atividades nas áreas de ensino, pesquisa, inovação e extensão;
- III. sensibilizar a comunidade do campus e da Reitoria, por meio de espaços de debates, vivências e reflexões, quanto a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras arquitetônicas, nas comunicações e na informação, tecnológicas e atitudinais, bem como o combate ao capacitismo;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- IV. construir vínculos e manter diálogo permanente com fóruns, conselhos de direitos, organizações, associações, representações da sociedade civil e movimentos sociais comprometidos com a temática de equidade e inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;
- V. assessorar e prestar consultoria às instâncias e setores do IFC em situações ou casos que envolvam as temáticas de abrangência do núcleo;
- VI. promover ações em parceria com os núcleos inclusivos relacionados à promoção da inclusão, diversidade e o respeito aos direitos humanos de modo interseccionado;
- VII. propor, promover e executar programas de formação continuada para a comunidade escolar e da região de abrangência e ações de capacitação para servidores/as sobre a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;
- VIII. disponibilizar, incentivar, indicar e desenvolver a apresentação e a produção de Tecnologia Assistiva e materiais diversos sobre a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, que respeitem, valorizem e promovam a acessibilidade e a diversidade cultural;
- IX. indicar obras para o acervo das bibliotecas do campus e para o projeto pedagógico dos cursos sobre a temática, além de obras acessíveis;
- X. sugerir e contribuir para o desenvolvimento de temáticas reflexivas sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, no processo formativo de estudantes do campus;
- XI. articular com os demais campi e escolas da rede pública e privada e outras instituições a realização de atividades voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;
- XII. propor políticas de acesso, permanência e êxito para pessoas com deficiência e necessidades específicas que se encontrem em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional;
- XIII. contribuir com as discussões das comissões de elaboração dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) do IFC, a fim de garantir que a temática da inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas seja contemplada.
- XIV. colaborar nas discussões e elaboração de normativas referentes à conduta discente.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 PERFIL DO EGRESSO

O Licenciado em Pedagogia deverá ser um profissional com perfil de pesquisador-crítico-reflexivo com um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos. Habilitado a atuar no ensino, na pesquisa, na organização e gestão de projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base de sua formação e identidade profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006), o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- I. atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II. compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- III. fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- IV. trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V. reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI. ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII. relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII. promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- IX. identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X. demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XI. desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII. participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII. participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- XIV. realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- XV. utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- XVI. estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO

A área de atuação profissional é a docência nas instituições de ensino e pesquisa, nos órgãos governamentais e não-governamentais, na educação básica e no planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógicas, com competência técnico-científica.

O trabalho pedagógico está presente nas várias modalidades da educação, considerando a sua importância no contexto das diversas esferas da atividade humana, constituindo assim, um leque de oportunidades de atuação para o pedagogo como o profissional da educação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Nessa perspectiva, as atividades do profissional Licenciado em Pedagogia envolvem a docência, a gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, e ainda a produção e disseminação de conhecimentos da área da educação.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (CNE/2006), o campo de atuação constitui-se das seguintes áreas:

- Docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
- Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

6.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Pedagogia, *Campus Sombrio*, é definido com base na Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do Instituto Federal Catarinense, a qual estabelece que os cursos de formação inicial de professores para a Educação Básica em nível superior, em cursos de Licenciatura do IFC, terão, no mínimo, 3.210 (três mil duzentas e dez) horas, e no máximo 3.410 (três mil quatrocentas e dez) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

- I. no mínimo 800 (oitocentas) horas, compostas por Formação Geral e pelos Estudos Integradores a esta associados, previstos nos incisos I e IV do artigo 8º, respectivamente.
- II. no mínimo 1600 (mil e seiscentas) horas, compostas por Aprofundamento e Diversificação de Estudo nas Áreas de Atuação Profissional e pelos Estudos Integradores a estes associados, previstos nos incisos II e IV do artigo 8º respectivamente.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- III. 810 (oitocentas) horas, de Prática Pedagógica, assim distribuídas:
- a) 405 (quatrocentas e cinco) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso da instituição formadora; e
 - b) 405 (quatrocentas e cinco) horas para a Prática como Componente Curricular, distribuídas ao longo do processo formativo.

O período de integralização do curso é de 4 anos (8 semestres), considerando que o tempo dedicado às dimensões e fundamentos pedagógicos não seja inferior à quinta parte da carga horária total.

Ainda, que pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores nos termos do inciso III do parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009) e da Organização Didática dos Cursos do IFC.

Para o curso de Pedagogia, *Campus Sombrio*, a distribuição da carga horária total do curso se dá da seguinte forma:

I) Núcleo de Formação Geral

No curso de Pedagogia, *Campus Sombrio*, o Núcleo de Formação Geral totaliza 970 horas, constituído por dois Grupos: pelos Estudos Integradores, que corresponde a 130 horas de Atividades Curriculares Complementares (ACCs) caracterizadas como atividades teórico-práticas de aprofundamento, complementares à formação e ao enriquecimento curricular. E, pelo Eixo Pedagógico Obrigatório compreende um grupo de disciplinas comuns aos cursos de Licenciatura do IFC que busca contribuir para a construção de uma identidade docente, com disciplinas de dimensão e fundamentos pedagógicos e de Formação Geral distribuídas nos eixos dos incisos I e II acima apresentados, com carga horária de no mínimo, 660 (seiscentas e setenta e cinco) horas excluída a PCC de Gestão Educacional, conforme segue:

QUADRO 01 – Componentes Curriculares do Núcleo de Formação Geral

Código	Componentes Curriculares	CH	Créditos	PCC	CH Total
LPA1713	Filosofia da Educação*	60	4		60
LPA1703	Antropologia	60	4		60



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPA1705	Leitura e Produção Textual	60	4		60
LPA1707	Educação, Sociedade e Trabalho*	60	4		60
LPA1702	História da Educação*	60	4		60
LPA1709	Psicologia da Educação*	60	4		60
LPA1730	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão*	60	4		60
LPA1710	Didática-Geral*	60	4		60
LPA1726	Teorias Educacionais e Curriculares*	60	4		60
LPA1715	Políticas Públicas em Educação*	60	4		60
LPA1735	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação*	60	4		60
LPA1737	Gestão Educacional*	60	4		60
LPA1738	Libras*	60	4		60
LPA1743	Educação, Diversidade e Inclusão*	60	4		60
	TOTAL	840	56		840

*Disciplinas do Eixo Pedagógico Obrigatório.

II) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (NADE) é composto pelo conjunto de componentes curriculares que totalizam **1470 horas** (excluída a carga horária de Prática como Componente Curricular) e por **130 horas** do Núcleo de Estudos Integradores, que correspondem às horas de Atividades Curriculares Complementares (ACCs) caracterizadas como atividades teórico-práticas de aprofundamento, **totalizando 1.600 horas**.

QUADRO 02 – Componentes curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

Código	Componentes Curriculares	CH	Créditos	PCC	CH Total
LPA1701	Pesquisa e Processos Educativos I	60	6	30	90
LPA1704	Pedagogia e Profissão Docente	60	4	-	60
LPA1706	Pesquisa e Processos Educativos II	60	6	30	90
LPA1708	Infância e Pedagogia	60	4	-	60
LPA1705	Literatura e Educação	60	4	-	60
LPA1711	Pesquisa e Processos Educativos III	30	6	60	90
LPA1712	Infância e Educação Infantil	60	4	-	60
LPA1714	Linguística	60	4	-	60
LPA1716	Fundamentos e Metodologia em Artes	60	5	15	75



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPA1717	Pesquisa e Processos Educativos IV	30	6	60	90
LPA1718	Alfabetização e Letramento I	60	4	-	60
LPA1719	Jogo, Brinquedo e Brincadeira	60	4	-	60
LPA1720	Fundamentos e Metodologia em Matemática	60	5	15	75
	Optativa I	30	2	-	30
LPA1722	Pesquisa e Processos Educativos V	45	6	45	90
LPA1723	Alfabetização e Letramento II	60	4	-	60
LPA1724	Didática: Educação Infantil e Anos Iniciais	60	4	-	60
LPA1725	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	60	5	15	75
LPA1729	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	60	5	15	75
LPA1728	Pesquisa e Processos Educativos VI	45	6	45	90
LPA1731	Fundamentos e Metodologia em História	60	5	15	75
LPA1732	Fundamentos e Metodologia em Geografia	60	5	15	75
LPA1734	Pesquisa e Processos Educativos VII	30	6	60	90
LPA1736	Linguagem, Corpo e Movimento	60	4	-	60
LPA1742	Educação de Jovens e Adultos	30	2	-	30
	Optativa II	30	2	-	30
LPA1740	Pesquisa e Processos Educativos VIII	30	2	-	30
LPA1741	Gestão Escolar	60	5	15	75
	Optativa III	30	2	-	30
	TOTAL	1470	127	435	1905

III) Núcleo de Estudos Integradores

QUADRO 03 – Componentes Curriculares do Núcleo de Estudos Integradores

Código	Componentes Curriculares	CH	Créditos	PCC
	Atividades Curriculares Complementares	130	-	-
	TOTAL	130	-	-

Pesquisa e Processos Educativos – PPE

De acordo com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, o componente curricular **Pesquisa e Processos Educativos – PPE** perpassa os



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

curso de Licenciaturas do IFC e será definido no PPC, de acordo com a especificidade de cada curso.

A PPE visa desenvolver práticas reflexivas e contextuais que estabelecem relações entre a teoria e a prática, fomentando a experiência da sala de aula, aliando a teoria ao exercício da prática profissional, articulando ensino, extensão, pesquisa e inovação em sua indissociabilidade para que o estudante seja protagonista de seu próprio processo formativo, em sua capacitação para cumprir as exigências profissionais e em sua formação geral, que lhe confere cidadania e reconhecimento de sua importância como agente capaz de garantia de direitos e deveres e de transformação social.

QUADRO 04 – Componentes Curriculares de Pesquisa e Processos Educativos (PPEs)

Código	Componentes Curriculares	CH	Créditos	PCC
LPA1701	Pesquisa e Processos Educativos I	90	6	30
LPA1706	Pesquisa e Processos Educativos II	90	6	30
LPA1711	Pesquisa e Processos Educativos III	90	6	60
LPA1717	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	6	60
LPA1722	Pesquisa e Processos Educativos V	90	6	45
LPA1728	Pesquisa e Processos Educativos VI	90	6	45
LPA1734	Pesquisa e Processos Educativos VII	90	6	60
LPA1740	Pesquisa e Processos Educativos VIII	30	2	-
	TOTAL	660	44	330

6.3.1 Relação Teoria e Prática

Busca-se que todos os componentes curriculares trabalhem a relação teoria-prática sob diferentes configurações, para que não se perca a visão de totalidade da prática pedagógica e da formação docente. A dimensão da relação teoria e prática pode ser compreendida a partir do que Vazquez (1968, p. 117) denomina como: “atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente”. Diante dessa perspectiva, o curso ressalta a necessidade da articulação entre os conhecimentos teóricos e a prática social – como práxis.

Outra contribuição importante sobre a relação teoria e prática é de Kuenzer (2002). Para a autora, a prática é “compreendida não como mera atividade, mas como enfrentamento de eventos,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

não se configura mais como simples fazer resultante do desenvolvimento de habilidades psicofísicas; ao contrário, se aproxima do conceito de práxis, posto que depende cada vez mais de conhecimento teórico”. Kuenzer (2002) recorre à afirmação de Kopnin (1978, p. 168), para defender que o "pensamento como relação teórica do sujeito com o objeto, surge e se desenvolve à base da interação prática entre eles". Ou seja, “[...] não há pensamento fora da atividade humana; esta interação tem caráter material, concreto-sensorial, passível de verificação empírica, uma vez que provoca mudanças no objeto, e ao mesmo tempo, no sujeito”.

Nessa relação, teoria e prática são dois componentes indissociáveis da “práxis” definida como atividade teórico-prática, ou seja, tem um lado ideal, teórico e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar um do outro. Essa relação não é direta nem imediata, fazendo-se através de um processo complexo, no qual algumas vezes se passa da prática à teoria e outras desta à prática (Vasquez, 1977, p. 241).

Com a intencionalidade de estabelecer um compromisso que compreende a prática educativa como resultado de questões que estão postas na sociedade e, com o propósito de superar a fragmentação entre teoria e prática, há a defesa de que as práticas docentes devem propiciar aos alunos uma aproximação à realidade em que atuarão, indo ao encontro do apresentado por Saviani (2017, p.10), de que:

A práxis é um conceito que, embora seja frequentemente considerado como sinônimo de prática, em sentido próprio é um conceito dialético que sintetiza, na forma de superação, os dois elementos contrários representados pela teoria e pela prática. Nesse sentido a práxis pode ser definida como atividade humana prática fundamentada teoricamente.

Houssaye (2004) defende que a pedagogia representa um saber específico, que pressupõe a reunião mútua e dialética da teoria e da prática educativas pela mesma pessoa. A articulação teoria-prática é de tal modo determinante e constitutiva da pedagogia, que um prático por si só não é um pedagogo, mas um usuário de sistemas pedagógicos, assim como o teórico da educação também não se constitui em um pedagogo, porque pensa a ação pedagógica. Na definição de Houssaye (2004), pedagogo é um prático teórico da ação educativa; é alguém que, ao teorizar sobre a educação, analisa o fato educativo buscando formular proposições para sua prática.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Assim, considerar a relação teoria-prática como dimensão constitutiva da pedagogia, reconhecendo nela uma abordagem específica, não significa desconsiderar que a prática está, de algum modo, presente entre os teóricos, ou que o pensamento teórico baliza a prática. Significa, isto sim, reconhecer e defender que a prática, constituindo a pedagogia, não pode ser algo meramente projetado, da mesma forma que a teoria pedagógica não pode ser apenas algo tomado de outros. Tal concepção pressupõe que a pedagogia se constrói a partir de uma proposta prática e de uma teoria da situação educativa referida a essa prática.

6.3.2 Atividades Práticas de Ensino

A prática profissional no curso de pedagogia é constituída pela Prática como Componente Curricular (conforme descrito neste PPC, item 6.3.3), pelo Estágio Supervisionado Curricular I, II, III e IV (conforme descrito neste PPC, item 7.7.1) e pelo estágio não obrigatório(conforme descrito neste PPC, item 7.7.2), que pode ser validado no curso por meio das atividades complementares.

6.3.3 Prática como Componente Curricular

De acordo com a Política Institucional de Formação de Professores do IFC, sobre a PCC

Art. 17. A Prática como Componente Curricular (PCC) deve compor os PPCs dos Cursos de Licenciatura, com o mínimo de 405 (quatrocentas e cinco) horas vivenciadas ao longo do curso com vistas à integração entre o IFC e o sistema de educação básica da região, fortalecendo a colaboração interinstitucional e a inserção dos estudantes de Licenciatura no contexto educacional.

Art. 18. A PCC objetiva fortalecer a relação entre teoria e prática na formação dos estudantes, mediante a valorização da pesquisa individual e/ou coletiva, e visa a preparação dos sujeitos para lidar com a tomada de decisões adequadas ao exercício da profissão, tendo a escola e, sobretudo, a sala de aula, como foco para onde converge a formação.

Art. 19. A carga horária destinada à PCC deverá envolver um movimento de reflexão-ação-reflexão, a partir da proposição de atividades inerentes à prática docente, por meio de estratégias que façam frente à complexidade do processo de ensino e aprendizagem nos campos específicos da formação dos estudantes.

Art. 20. A PCC é um momento formativo de caráter integrador fundamental à compreensão da profissão docente como um processo complexo - cujo entendimento não se restringe a um campo específico de conhecimento - para o que a reflexão teórica deve estar em permanente diálogo com o fazer cotidiano de sua profissão.

Art. 21. As PCCs buscam estabelecer a integração interna e externa dos conhecimentos específicos da área, dos saberes didático-pedagógicos e dos conhecimentos humanísticos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Art. 22. A PCC, dada a sua natureza investigativa e, ainda, o diálogo que manterá com os diversos espaços educativos, poderá estar associada às dimensões da pesquisa e inovação e da extensão.

Art. 23. A oferta da carga horária de PCC poderá realizar-se de três formas:

I - nos componentes curriculares Pesquisa e Processos Educativos;

II - em componentes curriculares específicos para realização de atividades de natureza teórico-prática e integradora, como por exemplo Projetos Integradores ou Laboratórios de Ensino, em que se trabalhem com situações-problema, identificadas em diversos espaços educativos, e que dialoguem com a área de formação dos estudantes, prevendo-se, para tanto, a elaboração de projetos individuais ou coletivos, a serem construídos pelos estudantes sob a orientação do(s) professor(es) do componente curricular;

III - por meio de inserção da dimensão prática em disciplinas de diferentes núcleos de formação, indicando-se, no PPC, quais componentes curriculares se destinam a esse fim, e qual a carga horária reservada à PCC.

§ 1º As três formas de oferta da PCC podem coexistir no PPC.

§ 2º Em qualquer forma ofertada a PCC não poderá ter carga horária inferior a 15 horas por componente curricular.

§ 3º A carga horária da PCC poderá ser acrescida à carga horária de componentes curriculares do eixo pedagógico obrigatório, ou mesmo na carga horária de componentes pertencentes a unicidade entre cursos da mesma nomenclatura, desde que mantidas a carga horária dos componentes unificados.

Art. 24. A Prática como Componente Curricular deverá ser descrita no PPC, ou em normativa anexa, que traduza a curricularização e a indissociabilidade da Pesquisa e Inovação, da Extensão e do Ensino, favorecendo reflexões e vivências da formação e profissão docente e dos temas transversais.

QUADRO 05 – Componentes curriculares que preveem a PCC

Código	Nome do componente curricular	Carga horária de PCC	Carga horária total
LPA1701	Pesquisa e Processos Educativos I	30	90
LPA1706	Pesquisa e Processos Educativos II	30	90
LPA1711	Pesquisa e Processos Educativos III	60	90
LPA1716	Fundamentos e Metodologia em Artes	15	75
LPA1717	Pesquisa e Processos Educativos IV	60	90
LPA1720	Fundamentos e Metodologia em Matemática	15	75
LPA1722	Pesquisa e Processos Educativos V	45	90
LPA1725	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	15	75
LPA1729	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	15	75
LPA1728	Pesquisa e Processos Educativos VI	45	90
LPA1731	Fundamentos e Metodologia em História	15	75
LPA1732	Fundamentos e Metodologia em Geografia	15	75
LPA1734	Pesquisa e Processos Educativos VII	60	90
LPA1737	Gestão Educacional	15	75



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPA1741	Gestão Escolar	15	75
	TOTAL	450	1230

Outras informações referentes ao desenvolvimento e organização do PCC constarão em regulamento específico.

6.3.4 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é um conceito polissêmico. Para Alves *et al.* (2004, p. 140), a interdisciplinaridade não pode ser vista fora da compreensão epistemológica, histórica e crítica. Ao questionarem a filosofia do sujeito, dizem que

[...] a ciência não pretende perder de vista a disciplinaridade, mas vislumbra a possibilidade de um diálogo interdisciplinar, que aproxime os saberes específicos, oriundos dos diversos campos do conhecimento, em uma fala compreensível, audível aos diversos interlocutores. (Alves *et al.*, 2004, p. 140)

Jantsch e Bianchetti (1997), afirmam que a interdisciplinaridade não pode ser concebida fora dos modos de produção históricos em vigor. Para os autores, significa que é produto de um processo, que foi engendrado no meio da construção do conhecimento ao qual subjazem a filosofia e a ciência. Inclua-se, aí, a fragmentação do conhecimento.

A abordagem interdisciplinar deve ser entendida como produto histórico. Tal compreensão, apontam Jantsch e Bianchetti (1997), não exclui a necessidade de avançar na direção de outro paradigma que permita uma aproximação maior da visão histórica. Não implica também que interdisciplinaridade e a especialidade não possam conviver de forma harmoniosa, dado que o “genérico e o específico não são excludentes”.

É a partir dessas contribuições que se pretende materializar o exercício da interdisciplinaridade no processo de formação. Embora a estrutura curricular do curso seja disciplinar a metodologia e abordagem dos conteúdos buscará estabelecer relações e diálogos entre as disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como as dos semestres anteriores e posteriores.

Distribuídos nos núcleos propostos pelo artigo 6º da Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006, os componentes curriculares dialogam entre si a partir de um grupo de disciplinas denominadas *disciplinas articuladoras*. Baseadas no princípio da interdisciplinaridade, elas são responsáveis por garantir a conexão de saberes e de conhecimentos construídos ao longo do semestre. Dentre os componentes curriculares do grupo articulador estão aqueles responsáveis em



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

realizar a integração do curso ao longo dos semestres (Pesquisa e Processos Educativos). Deste modo, a matriz curricular foi organizada de forma a garantir a integração dos componentes curriculares nos eixos horizontal (ao longo de um período) e vertical (ao longo dos quatro anos de curso). O quadro a seguir apresenta as *disciplinas articuladoras* do curso de Pedagogia:

QUADRO 06 – Disciplina articuladoras do Curso de Pedagogia – Licenciatura

Disciplinas Articuladoras			
Semestre	Disciplina (s)	Semestre	Disciplina (s)
1º	Pesquisa e Processos Educativos I Pedagogia e profissão docente	5º	Pesquisa e Processos Educativos V Fundamentos e Metodologias Estágio
2º	Pesquisa e Processos Educativos II	6º	Pesquisa e Processos Educativos VI Fundamentos e Metodologias Estágio
3º	Pesquisa e Processos Educativos III	7º	Pesquisa e Processos Educativos VII Gestão Educacional Estágio
4º	Pesquisa e Processos Educativos IV Fundamentos e Metodologias	8º	Pesquisa e Processos Educativos VIII Gestão Escolar Estágio

A concretização dessa proposta interdisciplinar demanda um esforço dos docentes para realização de reuniões trimestrais para planejamento, socialização das atividades realizadas e avaliação do seu processo de implementação. Os professores responsáveis por ministrar as *disciplinas articuladoras*, em conjunto com o Colegiado de Curso, produzirão um relatório descrevendo os princípios e metodologias que orientarão o processo didático pedagógico das mesmas no semestre letivo corrente.

O corpo docente do curso de Pedagogia do IFC – *Campus* Sombrio aprovou a sistematização desse trabalho nas seguintes etapas:

1. Reunião com todos os professores que atuarão no semestre letivo para socialização dos planos de ensino a fim de destacar pontos de articulação entre as diferentes disciplinas do período;
2. Apresentação de atividades ou conteúdos “interdisciplinares” entre os componentes curriculares responsáveis pelo eixo de articulação do semestre;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

3. Elaboração de um relatório (parcial) para formalizar o processo de integração das disciplinas para o semestre vigente;
4. Encaminhamento do referido documento ao Colegiado do curso de Pedagogia para aprovação;
5. Reuniões regulares para acompanhamento do processo de articulação das disciplinas ao longo do semestre;
6. Avaliação, ao fim do semestre, do processo de articulação entre as disciplinas.

Tal proposta não tem por finalidade conferir uma rigidez à organização curricular do curso. Ao contrário, em função da flexibilidade do processo de construção das disciplinas ao longo do semestre, é possível que a quantidade de conteúdos e atividades articuladoras aumente com o decorrer das aulas. Por essa razão, convencionou-se que o documento a que se faz menção, será construído pelos docentes ao longo do semestre, cabendo o registro de todas as etapas realizadas.

Os componentes curriculares responsáveis por realizar a integração do curso ao longo dos semestres são: Pesquisa e processos educativos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. A proposta para essas disciplinas é a de que elas proporcionem a construção de conhecimentos acerca da realidade educacional por meio da prática da pesquisa.

Considerando-se a necessidade de aproximação entre os saberes estudados e “adquiridos” na formação acadêmica e os saberes e conhecimentos produzidos no exercício da profissão docente, espera-se que o componente curricular Pesquisa e Processos Educativos propicie a articulação entre ensino, pesquisa e, conseqüentemente, extensão. Os desafios levantados por meio da pesquisa, problematizados em sala de aula, possibilitarão ao estudante um processo reflexivo que “conduzirá” à superação da “dicotomia teoria-prática” presente nos discursos produzidos pelos estudantes. Além disso, irrompe o equívoco também perpetuado de “aplicabilidade da teoria na prática” (Manfredo, 2004; Charlot, 2010; Lüdke, 2001).

O estabelecimento de um trabalho em conjunto entre os estudantes do curso de Pedagogia e os docentes em exercício nos diferentes espaços educativos, por meio da pesquisa, propicia a extensão por apontar caminhos para a intervenção no campo de atuação profissional.

A integração realizada pelos componentes curriculares no decorrer do curso propõe o aprofundamento e a continuidade das atividades de pesquisa ao longo dos semestres, culminando na elaboração e defesa do Artigo. Faz-se um esforço em assegurar que o estudante de Pedagogia



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

vivencie a aproximação com os diferentes campos da educação básica. Desse modo, a progressão das atividades se encontra organizada da seguinte forma:

- a) **Pesquisa e Processos Educativos I (90h)**: inserção no universo da pesquisa científica e da extensão por meio de estudos sobre a constituição do campo científico e pela vivência da prática do pesquisador, por meio de memorial de vida acadêmico;
- b) **Pesquisa e Processos Educativos II (90h)**: inserção na pesquisa e na extensão educacional por meio de estudos sobre a constituição do campo da pesquisa em educação e da construção de um estado da arte sobre os principais temas de pesquisa desenvolvidos na área educacional;
- c) **Pesquisa e Processos Educativos III (90h)**: inserção na pesquisa e na extensão educacional por meio da observação nos espaços formais ou não-formais de educação;
- d) **Pesquisa e Processos Educativos IV (90h)**: inserção na pesquisa e na extensão educacional por meio de entrevista nos espaços formais ou não-formais de educação;
- e) **Pesquisa e Processos Educativos V (90h)**: realização das atividades de pesquisa que culminarão no TCC: definição do campo de pesquisa, do tema de investigação e elaboração do projeto de pesquisa;
- f) **Pesquisa e Processos Educativos VI (90h)**: realização das atividades de pesquisa que culminarão no TCC: submissão do projeto de pesquisa à banca de qualificação, construção dos instrumentos de coletas de dados, submissão ao Comitê de ética, quando necessário e desenvolvimento da etapa empírica da pesquisa;
- g) **Pesquisa e Processos Educativos VII (90h)**: realização das atividades de pesquisa que culminarão no TCC, desenvolvimento da etapa empírica da pesquisa, organização e análise dos dados e elaboração do texto monográfico;
- h) **Pesquisa e Processos Educativos VIII (30h)**: conclusão do texto monográfico e apresentação à banca examinadora.

Em função da demanda de trabalho exigida do professor responsável e da carga horária da disciplina em determinados semestres, faz-se importante assegurar que, a partir do primeiro período, o componente curricular Pesquisa e Processos Educativos seja ministrado por dois docentes. Ambos atuarão em conjunto e serão responsáveis pela condução das aulas teóricas, pelo acompanhamento e orientação das atividades de pesquisa e pela coordenação das atividades de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

TCC. A carga horária e os créditos do componente curricular serão integralmente registrados no plano de trabalho de cada professor.

6.3.4.1 Educação ambiental

Segundo a Resolução do CNE/CP nº2, de 15 de junho de 2012 (Brasil, 2012) – que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia a temática ambiental será desenvolvida nos componentes curriculares Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais e Teorias Educacionais e Curriculares.

O IFC também possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os *campi*, além de promover o debate do tema em semanas acadêmicas, ciclo de palestras, feiras acadêmicas, entre outros.

6.3.4.2 Educação étnico-racial

A Educação das Relações Étnico-Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pertinentes ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, será tratada de acordo com a Lei nº 11.645/2008 e Resolução CNE/CP nº 01/2004, sendo que a valorização dessas culturas será a base para o trabalho da questão étnica e racial. Os conteúdos relacionados a essa temática estão incluídos nos componentes curriculares História da Educação, Teorias Educacionais e Curriculares e Educação, Diversidade e Inclusão e no componente optativo Educação do Campo, Indígena e Quilombola.

6.3.4.3 Direitos humanos

De acordo com a Resolução do CNE/CP nº 02/2012 – que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012, p. 2):



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

Em atendimento a Resolução do CNE/CP nº 02/2012, conteúdos referentes aos direitos humanos serão trabalhados no PPC nos componentes curriculares Teorias Educacionais e Curriculares e Educação, Diversidade e Inclusão ou mesmo de forma interdisciplinar.

6.5 MATRIZ CURRICULAR

6.5.1 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2025

1º semestre								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial				PCC	Estágio	CH Total
		CH Teórica	CH Prática	CH da Pesquisa	CH da Extensão			
LPA1701	Pesquisa e Processos Educativos I	60		90	90	30		90
LPA1702	História da Educação	60						60
LPA1703	Antropologia	60						60
LPA1704	Pedagogia e Profissão Docente	60						60
LPA1705	Leitura e Produção Textual	60						60
	Total	300		90	90	30		330

2º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial				PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática	CH da Pesquisa	CH da Extensão			
LPA1706	Pesquisa e Processos Educativos II		60		90	90	30		90
LPA1707	Educação, Sociedade e Trabalho		60						60
LPA1708	Infância e Pedagogia		60						60
LPA1709	Psicologia da Educação		60						60
LPA1710	Didática Geral		60						60
	Total		300		90	90	30		330

3º semestre								
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial				PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática	CH da Pesquisa	CH da Extensão			
LPA1711	Pesquisa e Processos Educativos III		30		90	90	60		90
LPA1712	Infância e Educação Infantil		60						60
LPA1713	Filosofia da Educação		60						60
LPA1714	Linguística		60						60
LPA1715	Políticas Públicas em Educação		60						60
LPA1716	Fundamentos e Metodologia em Artes		60		15	15	15		75
	Total		330		105	105	75		405

4º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial				PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática	CH da Pesquisa	CH da Extensão			
LPA1717	Pesquisa e Processos Educativos IV		30		90	90	60		90
LPA1718	Alfabetização e Letramento I		60						60
LPA1719	Jogo, Brinquedo e Brincadeira		60						60
LPA1720	Fundamentos e Metodologia em Matemática		60		15	15	15		75
LPA1721	Literatura e Educação		60						60
	Optativa I		30						30
	Total		300		105	105	75		375

5º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial				PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática	CH da Pesquisa	CH da Extensão			
LPA1722	Pesquisa e Processos Educativos V	LPA1701 LPA1706 LPA1711 LPA1717	45		90		45		90
LPA1723	Alfabetização e Letramento II		60						60
LPA1724	Didática: Educação Infantil e Anos Iniciais		60						60
LPA1725	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa		60		15	15	15		75



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPA1726	Teorias Educacionais e Curriculares		60						60
LPA1727	Estágio Supervisionado I: Educação Infantil	LPA1708 LPA1712	30					60	90
Total			315		105	15	60	60	435

6º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial				PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática	CH da Pesquisa	CH da Extensão			
LPA1728	Pesquisa e Processos Educativos VI	LPA1722	45		90		45		90
LPA1729	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais		60		15	15	15		75
LPA1730	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão		60						60
LPA1731	Fundamentos e Metodologia em História		60		15	15	15		75
LPA1732	Fundamentos e Metodologia em Geografia		60		15	15	15		75
LPA1733	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil	LPA1708 LPA1712	30					75	105
Total			315		135	45	90	75	480

7º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial				PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática	CH da Pesquisa	CH da Extensão			
LPA1734	Pesquisa e Processos Educativos VII	LPA1728	30		90		60		90
LPA1735	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação		60						60
LPA1736	Linguagem, Corpo e Movimento		60						60
LPA1737	Gestão Educacional		60		15	15	15		75
LPA1738	Libras		60						60
LPA1739	Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	LPA1718 LPA1723	30					75	105
	Optativa II		30						30
Total			330		105	15	75	75	480



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

8º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial				PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática	CH da Pesquisa	CH da Extensão			
LPA1740	Pesquisa e Processos Educativos VIII	LPA1734	30		30			30	
LPA1741	Gestão Escolar		60		15	15	15	75	
LPA1742	Educação de Jovens e Adultos		30					30	
LPA1743	Educação, Diversidade e Inclusão		60					60	
LPA1744	Estágio Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	LPA1716 LPA1720 LPA1725	30					75	
	Optativa III		30					30	
	Total		240		45	15	15	75	330

Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia	CH
Carga horária teórica	2430h
Formação Geral	840h
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	1470h
Núcleo de Estudos Integradores	130h
Prática como Componente Curricular (PCC)	450h
Atividades Curriculares Complementares	130h
Carga horária mínima de optativas	90h
Estágio Curricular Supervisionado	405h
Trabalho de Conclusão de Curso (previsto no componente curricular PPE VIII)	30h
Curricularização da Extensão e da Pesquisa (integradas)	480h
Curricularização da Extensão	480h
Curricularização da Pesquisa	780h
Carga horária Total do Curso	3295h

6.5.2 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos

Código no SIGAA	Componente Curricular	Pré-requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total
-----------------	-----------------------	---------------	------------	------------	----------



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPA1745	Educação Profissional e Tecnológica		30		30
LPA1746	Educação a Distância		30		30
LPA1747	Educação do Campo, Indígena e Quilombola		30		30
LPA1748	Fundamentos da Matemática		30		30
LPA1749	Tópicos Contemporâneos da Educação I		30		30
LPA1750	Tópicos Contemporâneos da Educação II		30		30
LPA1751	Tópicos Contemporâneos da Educação III		30		30




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Pesquisa e Processos educativos I CH 90	Pesquisa e Processos educativos II CH 90	Pesquisa e Processos educativos III CH 90	Pesquisa e Processos educativos IV CH 90	Pesquisa e Processos educativos V CH 90	Pesquisa e Processos educativos VI CH 90	Pesquisa e Processos educativos VII CH 90	Pesquisa e Processos educativos VIII CH 30
História da Educação CH 60	Educação, Sociedade e trabalho CH 60	Infância e Educação Infantil CH 60	Alfabetização e Letramento I CH 60	Alfabetização e Letramento II CH 60	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais CH 75	Tecnologias Digitais e da Informação e Comunicação, na Educação CH 60	Gestão Escolar CH 75
Antropologia CH 60	Infância e Pedagogia CH 60	Filosofia da Educação CH 60	Jogo, Brinquedo e Brincadeira CH 60	Didática: Educação Infantil e Anos Iniciais CH 60	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão CH 60	Linguagem, Corpo e Movimento CH 60	Educação de Jovens e Adultos CH 30
Pedagogia e Profissão Docente CH 60	Psicologia da Educação CH 60	Linguística CH 60	Fundamentos e Metodologia em Matemática CH 75	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa CH 75	Fundamentos e Metodologia em História CH 75	Gestão Educacional CH 75	Educação, Diversidade e Inclusão CH 60
Leitura e Produção Textual CH 60	Didática-Geral CH 60	Políticas Públicas em Educação CH 60	Literatura e Educação CH 60	Teorias Educacionais e Curriculares CH 60	Fundamentos e Metodologia em Geografia CH 75	Libras CH 60	Estágio Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental CH 105
		Fundamentos e Metodologia em Artes CH 75	Optativa I CH 30	Estágio Supervisionado I: Educação Infantil CH 105	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil CH 90	Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental CH 105	Optativa III CH 30
						Optativa II CH 30	

Disciplinas Optativas
 Educação Profissional e Tecnológica(CH30)
 Educação a Distância(CH30)
 Educação do Campo, Indígena e Quilombola(CH30)
 Fundamentos da Matemática (CH30)
 Tópicos Contemporâneos da Educação I (CH30)
 Tópicos Contemporâneos da Educação II (CH30)
 Tópicos Contemporâneos da Educação III (CH30)
 Atividades Curriculares Complementares: 130h (contabilizada na carga horária total do curso)

■ Disciplinas do Núcleo de Formação Geral
■ Disciplinas do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos
■ Disciplinas de Estágio Supervisionado



7.1 AÇÕES DE EXTENSÃO

Algumas ações de extensão serão realizadas desde o início da oferta do curso, tais como, formação continuada de docentes e gestores das redes de ensino da região do município de Sombrio/SC e a realização de eventos, como semanas acadêmicas do curso de Pedagogia abertas ao público interno e externo.

Com base na Resolução nº 24/2023 do Regulamento para as Ações e Atividades de Extensão, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC, as ações de extensão desenvolvidas no curso de Licenciatura em Pedagogia se enquadram nas seguintes dimensões:

Eventos: ação eventual, sem caráter continuado, que implica na apresentação e/ou exibição pública e livre, de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, com o envolvimento e participação da comunidade externa do IFC.

Cursos e oficinas: conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, com o envolvimento e interação das comunidades externas, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento e/ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

avaliada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos.

7.2 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA

De acordo com a Resolução do CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, as atividades acadêmicas de extensão devem ser desenvolvidas nos componentes curriculares do curso de graduação, considerando a formação do estudante, em consonância com os pressupostos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Sendo assim, a curricularização da pesquisa e da extensão constitui-se como um processo interdisciplinar, de caráter educativo, cultural, científico, político e inovador, que visa proporcionar a interação entre a instituição de ensino e os demais setores da sociedade, através da construção e aplicação do conhecimento, articulando o ensino, a extensão e a pesquisa.

O PPC de Licenciatura em Pedagogia deve garantir no mínimo 10% da carga horária total do curso, para atividades curricularizáveis de pesquisa e de extensão, conforme estabelece a Resolução do CNE/CES 07/2018 e normativa interna do IFC.

A carga horária das atividades curricularizáveis de pesquisa e da extensão devem ser especificadas na matriz curricular do curso. Conforme normativa do IFC: As atividades desenvolvidas de forma integrada, articulada e de forma indissociável, serão contabilizadas simultaneamente para atendimento da carga horária prevista, tanto para curricularização da extensão, como da pesquisa.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia as atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa serão desenvolvidas da seguinte forma:

I - Como disciplina(s) específica(s) do curso:

Código	Componentes Curriculares	CH da Pesquisa	CH da Extensão	CH Total da disciplina
LPA1701	Pesquisa e Processos Educativos I	90	90	90
LPA1706	Pesquisa e Processos Educativos II	90	90	90
LPA1711	Pesquisa e Processos Educativos III	90	90	90
LPA1717	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	90	90
LPA1722	Pesquisa e Processos Educativos V	90		90



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPA1728	Pesquisa e Processos Educativos VI	90		90
LPA1734	Pesquisa e Processos Educativos VII	90		90
LPA1740	Pesquisa e Processos Educativos VIII	30		30
	Total	660h	360h	660h

II - Como parte da carga horária de disciplina(s)

Código	Componentes Curriculares	CH da Pesquisa	CH da Extensão	CH Total da disciplina
LPA1716	Fundamentos e Metodologia em Artes	15	15	75
LPA1720	Fundamentos e Metodologia em Matemática	15	15	75
LPA1725	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	15	15	75
LPA1729	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	15	15	75
LPA1731	Fundamentos e Metodologia em História	15	15	75
LPA1732	Fundamentos e Metodologia em Geografia	15	15	75
LPA1737	Gestão Educacional	15	15	75
LPA1741	Gestão Escolar	15	15	75
	Total	120h	120h	600h

Dessa forma, serão desenvolvidas 780 horas para curricularização da pesquisa (aproximadamente 24% da carga horária total do curso) e 480h para curricularização da extensão (aproximadamente 15% da carga horária total do curso) no Curso de Licenciatura em Pedagogia - *Campus* Sombrio, em atendimento a Resolução do CNE N° 07/2018 e Resolução do Consuper IFC N° 13/2022. A regulamentação das atividades curricularizáveis de pesquisa e extensão serão definidas e aprovadas pelo Colegiado de Curso, em Regulamento Específico.

7.3 LINHAS DE PESQUISA

O curso tem como princípio o ensino com pesquisa, numa dimensão dessa última como princípio educativo. Essa perspectiva pretende ser materializada por meio da disciplina do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos – Pesquisa e Processos Educativos – a qual tem por objetivo inserir o estudante na prática social/campo de atuação profissional desde o início da formação, tendo a pesquisa como forma de leitura e apreensão da realidade e como ferramenta de proposição de intervenção *na e com* a prática social.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Os docentes, técnicos-administrativos e estudantes do curso participarão de grupos de pesquisa Educação, Sociedade e Linguagens, que será cadastrado junto ao CNPq, cujas linhas de pesquisa serão: Currículo, gestão escolar e políticas públicas educacionais; e Práticas escolares e formação de professores.

7.4 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

As atividades curriculares complementares visam flexibilizar o currículo do curso, aproximar o estudante da realidade social e profissional e propiciar-lhe o aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre a instituição de ensino e a sociedade, por meio da participação do estudante em atividades que visem a formação profissional e para a cidadania.

Essas atividades dar-se-ão em áreas específicas de interesse dos estudantes, desenvolvidas ao longo do curso, em atividades de representação estudantil, de ensino, pesquisa e extensão, que poderão ser realizadas em eventos internos ao curso ou externos. Internamente o curso, através do seu colegiado, promoverá atividades como semanas acadêmicas, simpósios, cursos, minicursos, palestras, entre outras atividades, com temas conforme as necessidades dos estudantes. Estes poderão desenvolver também estágios não-obrigatórios, monitorias, participar como bolsista de atividades de pesquisa, etc. Poderão ser validadas ainda atividades desenvolvidas em outras instituições, como cursos de aperfeiçoamento ministrados pelas redes de ensino, experiência profissional na área da educação, dentre outras.

No curso de Licenciatura em Pedagogia, os estudantes deverão, ao longo do curso, realizar no mínimo 130 horas de atividades complementares, que estão regulamentadas pela Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021.

Descrição das Atividades Curriculares Complementares
(Anexo III da Resolução 010/2021 do IFC)

I – Ensino

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Disciplinas cursadas com aprovação não previstas na estrutura curricular do curso		carga horária comprovada



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

2	Semana acadêmica dos cursos, quando registrada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
3	Participação em atividades de monitoria ou projetos e programas de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
4	Atividades realizadas em laboratórios e/ou oficinas do IFC, quando não obrigatória.		carga horária comprovada
5	Visita Técnica, associada a projetos de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
6	Participação em cursos/minicursos relacionados à área afim do curso e de língua estrangeira.		carga horária comprovada
7	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de ensino com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
8	Apresentação de trabalhos em eventos que tenham relação com os objetos de estudo do curso.	cada apresentação	15h
9	Avaliação de projetos e trabalhos de ensino	cada avaliação	5h

II – Extensão

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em programas ou projetos de extensão		carga horária comprovada
2	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de extensão com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
3	Apresentações de trabalhos relacionados aos projetos e programas de extensão.	cada apresentação	15h
4	Visita Técnica, associada a atividade de extensão, quando não registrada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
5	Participação em ações sociais, cívicas e comunitárias.	cada participação	até 5h
6	Estágio não-obrigatório na área do curso formalizado pelo IFC.		carga horária comprovada
7	Exercício profissional com vínculo empregatício, desde que na área do curso.	cada mês	até 5h
8	Avaliação de projetos e trabalhos de extensão.	cada avaliação	5h



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

III – Pesquisa e Inovação

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Autoria e co-autoria em artigo publicado em periódico com <i>qualis</i> na área afim.	cada artigo	60h
2	Livro na área afim.	cada obra	90h
3	Capítulo de livro na área afim.	cada capítulo	60h
4	Publicação em anais de evento científico e artigo publicado em periódico sem <i>qualis</i> na área afim.	cada trabalho	15h
5	Apresentações de trabalhos relacionados aos projetos e programas de pesquisa e inovação.	cada trabalho	15h
6	Participação em projeto ou programa de pesquisa e inovação.		carga horária comprovada
7	Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico.	cada evento	15h
8	Participação na criação de Produto ou Processo Tecnológico com propriedade intelectual registrada.	cada projeto	60h
9	Participação como ouvinte em defesas públicas de teses, dissertações ou monografias.		carga horária comprovada
10	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de pesquisa com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
11	Visita Técnica associada a atividade de pesquisa e inovação, quando não registrada na carta horária da disciplina.		carga horária comprovada
12	Participação em cursos de qualificação na área de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação.		carga horária comprovada
13	Avaliação de projetos e trabalhos de pesquisa e inovação.	cada avaliação	5h

IV – Outras Atividades

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em órgão, conselho, comissão, colegiado e atividades de representação estudantil.		carga horária comprovada
2	Participação em eventos artísticos, esportivos e culturais quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

7.5 ATIVIDADES DE MONITORIA

Atividades de Monitoria para o curso de Pedagogia podem ser implementados por meio da adesão a editais do IFC. A monitoria tem a finalidade de fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, assim como promover a cooperação mútua entre discentes, técnicos administrativos com formação na área da monitoria e docentes, e permitir ao estudante a experiência com as atividades técnico-didáticas.

7.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

7.6.1 Orientações Gerais

O Trabalho de Curso na Licenciatura em Pedagogia será obrigatório para todos os estudantes e realizado levando em consideração os subsídios recebidos por ocasião da disciplina de Pesquisa e Processos Educativos (1º ao 8º semestre). Deve ser apresentado sob a forma de um artigo individual que demonstre, de forma crítica, uma análise dos processos realizados ao longo do curso e do componente curricular, bem como poderá propor novas metodologias para o exercício da profissão em seus diferentes campos de atuação. Ao longo do 6º, 7º e 8º semestre a condução do trabalho será vinculada aos professores da disciplina de Pesquisa e Processos Educativos e a um orientador da área específica do Trabalho do Curso.

O Trabalho de Curso tem como objetivo desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do aluno e contribuir para a sua formação básica, profissional, artística, científica e política, e deverá ser desenvolvido como uma atividade integrada ao Estágio Supervisionado.

7.6.2 Sistema de Avaliação do Trabalho de Curso

O desenvolvimento do Trabalho de Curso será acompanhado e orientado por professores da Instituição. A socialização desses conhecimentos será feita na forma de apresentação a uma banca examinadora. Será considerado aprovado o aluno que apresentar o artigo de acordo com os padrões definidos pela Instituição, e for aprovado pela banca examinadora, além do cumprimento de todos os requisitos mínimos exigidos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

As diretrizes para o desenvolvimento das atividades do TC baseiam-se na Resolução nº 54 do Conselho Superior 17/12/2010 e o detalhamento consta no Regulamento do Trabalho de Curso de Pedagogia.

7.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

7.7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O estágio curricular supervisionado no curso de Pedagogia é componente obrigatório da organização curricular, com carga horária total de 405 horas e ocorre dentro do período letivo regular. Estágio é uma atividade acadêmica, definida como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho ou de atuação profissional, que visa à preparação do estudante para o trabalho profissional.

O estágio é realizado a partir do quinto semestre e visa assegurar a vivência do exercício profissional do aluno com situações, contextos e instituições de ensino formal, permitindo a experiência formativa em que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes problematizadas ao longo da formação possam ganhar sentido na prática social/profissional.

O Estágio Curricular Supervisionado é instância privilegiada que permite a articulação entre os estudos teórico-práticos (práxis) e tem como propósito a inserção do futuro egresso do curso de Pedagogia no mundo do trabalho. Neste sentido, se apresentam como finalidades básicas, as seguintes proposições:

- I. Complementar e ampliar o processo ensino-aprendizagem a partir da inserção na e com a realidade das escolas e demais instituições, campos de estágio;
- II. Inserir o futuro educador à realidade educacional brasileira;
- III. Possibilitar a compreensão da relação teoria e prática, elaborando e desenvolvendo projetos fundamentados teórica e metodologicamente, significativos para o exercício da docência.

Conforme institui a Política de Formação de Professores do IFC, o Estágio Supervisionado pressupõe para o curso:

- I. inerência à docência, com explícitas ações em atividades de: observação, inserção e intervenção.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- II. atuação nas diferentes etapas da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais).
- III. possibilidade de atuação nas diferentes modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola) em espaços escolares e não escolares.
- IV. possibilidade de acompanhamento nos processos de gestão educacional, especialmente na gestão escolar.

7.7.1.1 Operacionalização do estágio curricular

O estágio supervisionado da Licenciatura em Pedagogia será realizado em 04 (quatro) etapas:

- 1ª. Etapa:** Estágio Supervisionado I: Educação Infantil (5º) (105 horas) – Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, em turmas de 0 a 3 anos da Educação Infantil, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.
- 2ª. Etapa:** Estágio Supervisionado II: Educação Infantil (6º) (90 horas) – Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, em turmas de 4 e 5 anos da Educação Infantil, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.
- 3ª. Etapa:** Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (7º) (105 horas) – Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, em turmas do primeiro ciclo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.
- 4ª. Etapa:** Estágio Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (8º) (105 horas) – Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

atuação docente, em turmas do segundo ciclo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

7.7.1.2 Orientação de estágio curricular

O estágio, como componente curricular que articula e complementa o processo ensino-aprendizagem, compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao aluno pela participação em situações reais de vida e trabalho, de seu meio, e realiza a vinculação necessária com o conjunto integrado e indissociável da base (cultural, educacional, instrucional) do curso, consubstanciada pela matriz curricular.

Todas as atividades de orientação, supervisão, acompanhamento, avaliação e coordenação atinentes ao Estágio Supervisionado estão previstas no Regulamento do Estágio.

7.7.1.3 Sistema de avaliação do estágio curricular

Os critérios de avaliação do componente curricular Estágio Supervisionado seguem as mesmas normas que os demais componentes, exceto quanto a não realização de exames finais, já que se trata de atividade prática desenvolvida com supervisão ao longo do curso.

Todas as etapas serão realizadas a partir da elaboração de um planejamento de intervenção referente a cada modalidade para a prática da docência. Ao final de cada estágio, será elaborado um relatório, sendo o processo apresentado no Seminário de Socialização. O aluno deverá concluir o estágio no prazo máximo de conclusão do curso (integralização curricular) e as demais normas estão descritas no Regulamento do Estágio.

7.7.2 Estágio Curricular não obrigatório

O Estágio Não Obrigatório está relacionado à formação e atuação do estudante vinculado ao curso de Pedagogia, é um espaço formativo tal como todas as demais ações desenvolvidas pelo curso.

Conforme a Lei 11.788/2008, o Estágio

[...] é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Brasil, 2008)

Neste sentido, o Estágio Não Obrigatório faz parte do projeto pedagógico do curso, integrando-o ao itinerário formativo do educando, conforme pode ser observado junto ao quadro das Atividades Curriculares Complementares do curso. O estudante estagiário deverá ter acompanhamento efetivo por um professor orientador do curso, tendo em vista ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Conforme o PDI IFC (2019-2024), o estágio e emprego compreendem ações que visam à inserção dos alunos do IFC no mundo do trabalho por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como a captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio/emprego do setor produtivo. O estágio deve atender ao perfil de egresso da formação dos estudantes, como uma oportunidade de enriquecimento e complementação da formação profissional.

8 AVALIAÇÃO

8.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação possibilita a identificação das diferentes formas de apropriação dos conceitos científicos elaborados pelos alunos, seus avanços e dificuldades na aprendizagem, além de possibilitar uma ação imediata e mais efetiva do professor, como mediador, recuperando os conhecimentos necessários de maneira mais significativa.

Além disso, deverá analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada disciplina.

Conforme a Organização Didática dos Cursos do IFC, Resolução N. 10/2021 – Consuper, o sistema de avaliação que orienta o processo avaliativo compreende os artigos 199 a 222, a saber:

Art. 199 - A avaliação da aprendizagem acadêmica é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem e alcance do perfil do egresso, expressos no rendimento acadêmico e assiduidade.

Art. 200 A aprovação está condicionada à obtenção do rendimento acadêmico mínimo exigido na avaliação da aprendizagem e na assiduidade.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Art. 201 Cabe cumulativamente ao docente, coordenação de curso, Colegiado de Curso e/ou Conselho de Classe a análise dos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do período letivo, bem como dos prováveis motivos que originaram tais resultados, a fim de repensarem a metodologia, a prática pedagógica, as estratégias de ensino e o acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes.

Art. 202 Entende-se por rendimento acadêmico o resultado da participação do estudante nos procedimentos e instrumentos avaliativos desenvolvidos em cada componente curricular. Parágrafo único. Os registros do rendimento acadêmico são realizados pelo docente individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

Art. 203 - As avaliações da aprendizagem, considerando as finalidades das avaliações, quais sejam diagnosticar o rendimento da aprendizagem bem como propor formas de sanar o rendimento inferior à média, devem verificar o desenvolvimento dos conhecimentos e versar sobre os objetivos e conteúdos propostos no programa do componente curricular.

Art. 204 - Para o processo avaliativo, devem ser utilizados instrumentos diversificados pelo docente, que deve considerar a sistemática de avaliação definida no PPC, de acordo com a natureza do componente curricular e especificidades da turma.

Art. 205 - O docente deve, no ato da devolução do instrumento de avaliação ao estudante, discutidos os resultados obtidos em cada procedimento e instrumento de avaliação, esclarecendo as dúvidas relativas às notas, aos conhecimentos, às habilidades, aos objetivos e aos conteúdos avaliados. Parágrafo único. O docente deve devolver o instrumento de avaliação ao estudante no prazo de até 20 (vinte) dias letivos após a realização da avaliação.

Art. 206 - O rendimento acadêmico nas disciplinas e módulos deve ser expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal.

Art. 209 - O rendimento acadêmico de cada ciclo avaliativo é calculado a partir dos rendimentos acadêmicos nas avaliações da aprendizagem realizadas no ciclo, cálculo este definido previamente pelo docente e divulgado no plano de ensino do componente curricular, de acordo com o PPC.

Parágrafo único. O número das avaliações da aprendizagem aplicadas em cada ciclo pode variar, de acordo com as especificidades do componente curricular e o plano de ensino, devendo ser no mínimo duas avaliações.

Art. 210 - Nos cursos subsequentes, concomitantes e de graduação o estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a reavaliação da aprendizagem, sendo ao longo do processo ou no exame final.

Art. 211 A reavaliação da aprendizagem deve estar contemplada no PPC, no Plano de Ensino e no diário de turma.

Art. 212 O registro da nota da reavaliação da aprendizagem podem ocorrer:

I - após cada avaliação; ou

II - ao final de cada ciclo.

§ 1º A reavaliação da aprendizagem no curso Técnico Integrado ocorrerá na forma de recuperação paralela.

§ 2º O resultado obtido na reavaliação, quando maior, substituirá a nota reavaliada.

§ 3º Cada estrutura curricular de curso deve adotar somente uma forma de reavaliação, devendo estar expressa nos PPC's.

Art. 214 O estudante com falta sem justificativa no dia da realização da avaliação, não tem direito à reavaliação, quando:

I - não realizou a atividade avaliativa, quando a reavaliação ocorrer após cada avaliação;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

II - não realizou nenhuma das atividades avaliativas, quando a reavaliação ocorrer ao final de cada unidade.

Art. 215 É obrigatória a divulgação do rendimento acadêmico do ciclo conforme Calendário Acadêmico.

§ 1º A divulgação dos rendimentos acadêmicos deve ser obrigatoriamente feita por meio do sistema oficial de registro e controle acadêmico, sem prejuízo da possibilidade de utilização de outros meios adicionais.

§ 2º No ato da divulgação do rendimento acadêmico de uma unidade, o docente já deve ter registrado no sistema oficial de registro e controle acadêmico a frequência do estudante naquela unidade.

§ 3º O rendimento acadêmico só é considerado devidamente divulgado quando atendidos os requisitos do *caput* e dos parágrafos 1º e 2º.

Art. 216 É permitido ao estudante, mediante requerimento fundamentado, solicitar revisão de rendimento acadêmico obtido em qualquer instrumento de avaliação da aprendizagem, inclusive recursos quanto às reavaliações.

§ 1º A revisão de rendimento acadêmico é requerida à Coordenação de Curso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado este prazo a partir da entrega do instrumento avaliativo.

§ 2º A revisão de rendimento acadêmico é realizada por uma comissão formada por 3 (três) servidores (1 membro da equipe pedagógica designada pela DEPE e dois docentes, sendo, no mínimo, um deles da área do conhecimento), indicados pela Coordenação de Curso, sendo vedada a participação dos docentes que corrigiram a avaliação em questão.

§ 3º O resultado da revisão de rendimento acadêmico deve ser comunicado ao docente do componente curricular e ao estudante e encaminhado à coordenação do curso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após publicação do resultado, em relato sumário.

§ 4º Não cabe recurso da decisão da comissão de revisão do rendimento acadêmico.

Art. 217 -Em cada componente curricular, a média parcial é calculada pela média aritmética dos rendimentos escolares obtidos em cada unidade.

Parágrafo único. A média parcial é divulgada simultaneamente com a divulgação do resultado do rendimento acadêmico da última unidade.

Art. 218 - É considerado aprovado o estudante que atender os seguintes critérios:

I - ter média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), nos cursos que possuem exame final.

Art. 219 - O estudante que não atingir os critérios de aprovação definidos no item I do artigo 218 têm direito a realização do exame para que seja feita a reposição das notas, atendido o critério de aprovação por assiduidade, sendo que a média final para aprovação deve ser maior que, ou igual a 5,0 (cinco), resultante da seguinte fórmula:

$$\text{Média Final} = \frac{\text{Média do Período} + \text{Nota do Exame Final}}{2} \geq 5,0$$

Art. 220 O estudante que realizar reavaliação da aprendizagem e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado.

Art. 221 Nos cursos EJA-EPT, Subsequente, Concomitante, Graduação e Pós-graduação o estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC.

Art. 222 Caso o estudante não possa comparecer às aulas em dia de atividades avaliativas, mediante justificativa, pode requerer nova avaliação.

§ 1º O pedido de nova avaliação deve ser protocolado na RACI no prazo de 3 (três) dias úteis após o fim do impedimento;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

§ 2º Cabe a RACI analisar e dar parecer do pedido de nova avaliação e, caso deferido o pedido, encaminhar ao professor do componente curricular, para agendamento da nova avaliação.

§ 3º O pedido de nova avaliação deve conter a justificativa e os documentos comprobatórios da ausência.

§ 4º São considerados documentos comprobatórios da ausência: atestado ou comprovantes de atendimento médico ou clínico, declaração de participação em atividade de representação oficial (artística, desportiva, científica, militar, eleitoral ou de ordem jurídica), declaração atualizada do líder religioso nos casos de guarda religiosa e outros documentos previstos em legislação.

§ 5º Casos não contemplados no §4º devem ser encaminhados ao colegiado de curso para análise e deliberação.

Para ingressantes na matriz 2025, o NDE do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Sombrio optou para fins de aprovação, pela média 7,0 com exame, conforme estabelecido no inciso I do Art. 218.

Relativo à oferta de disciplinas em tempo concentrado de no mínimo 20% (vinte por cento) da carga horária, conforme descrito no Art. 221, o NDE optou por incluir essa possibilidade no PPC do curso.

8.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), representada na instituição pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que tem suas diretrizes orientadas pela Resolução n.º 069 Consuper/2014.

A avaliação do curso é realizada, integrando três modalidades: Avaliação das Instituições de Educação Superior, dividida em 2 etapas: autoavaliação (coordenada pela CPA) e avaliação externa (realizada pelas comissões designadas pelo MEC/INEP); Avaliação dos Cursos de Graduação - ACG: visitas in loco de comissões externas e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

A avaliação institucional é realizada através da CPA do IFC, a qual tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, tomada de decisões, redirecionamento das ações, otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa. A CPA é constituída pelas Comissões Locais de Avaliação – CLA de cada *Campus*.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

No *Campus* Sombrio, a CPA é constituída por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e representantes da sociedade civil.

O Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia utilizará os indicadores e resultados das avaliações interna e externa para o aprimoramento de suas atividades e atendimento dos objetivos presentes na proposta pedagógica do curso. Sendo assim, serão utilizados os resultados obtidos através da avaliação interna: avaliações in loco do curso, estabelecidos de acordo com a Lei nº 10.861/2004, bem como dos resultados obtidos através do Exame Nacional dos Estudantes – ENADE. Já com relação a avaliação interna são utilizados os resultados obtidos através da autoavaliação institucional, através da CPA do IFC.

8.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

A Organização Didática dos Cursos do IFC, Resolução N. 10/2021 – Consuper, o Aproveitamento de estudos compreende os artigos 406 a 409, a saber:

Art. 406 - Os estudos realizados por estudantes em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC são passíveis de aproveitamento.

§ 1º O aproveitamento de componentes curriculares somente se dará entre componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino, ou do nível maior para o menor, exceto para os cursos técnicos integrados.

§ 2º Os cursos a que se refere o caput deste artigo devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados para que se proceda o aproveitamento.

Art. 407 O requerimento do interessado, solicitando aproveitamento de estudos, deve ser protocolado na RACI e instruído com:

I - histórico escolar original, no qual constem os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, frequência e resultados obtidos;

II - programa dos componentes curriculares, contendo ementário, cursados com aprovação;

III - documento comprobatório de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil;

§ 1º Quando se tratar de documento oriundo de instituição estrangeira, é obrigatória a tradução.

§ 2º Os componentes curriculares devem ser registrados com código e carga horária dos seus correspondentes no IFC, com a menção de que foram aproveitados sendo atribuídas nota, frequência e período letivo do deferimento.

Art. 408 O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso.

§ 1º O docente e colegiado de curso analisarão se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado.

§ 2º É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados.

Art. 409 Os componentes curriculares cursados no IFC que possuem equivalência registrada no PPC do curso e no sistema acadêmico, são aproveitados automaticamente de acordo com as informações constantes no sistema oficial de registro e controle acadêmico.

Parágrafo único. Para estudos realizados no próprio IFC, quando os componentes curriculares não possuem equivalências previstas no PPC do curso, o estudante pode solicitar aproveitamento ao coordenador de curso, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

8.4 AVALIAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO SABER

De acordo com a Organização Didática dos Cursos do IFC, Resolução N. 10/2021 – Consuper, a Avaliação de Extraordinário Saber é um instrumento de flexibilização curricular. Esta avaliação possibilita que o estudante solicite a dispensa de componentes curriculares previstos no PPC do curso, conforme os critérios estabelecidos na Seção III da Organização Didática dos Cursos do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC, abrangendo os artigos 411 a 417.

8.5 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA

A diplomação é o ato de emissão do documento oficial do IFC, que certifica a conclusão do curso de graduação e confere grau ao formado. Terá direito ao recebimento de Diploma de “Licenciado em Pedagogia” o aluno que concluir com aprovação todos os componentes curriculares do curso, inclusive o Estágio e o TCC, por meio de documento expedido pelo IFC, conforme legislação em vigor que confere ao seu titular todos os direitos e prerrogativas reservados ao exercício profissional.

Na Organização Didática, Resolução N° 10/2021 – Consuper encontram-se as informações sobre Documentos e Registros estão descritos no artigo 421.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

9 EMENTÁRIO

9.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1º SEMESTRE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I	Carga Horária	90h
Ementa	Tipos de conhecimento. Método científico. Produção e socialização do conhecimento. Caracterização do campo de pesquisa em educação. Trabalhos acadêmicos e normas para apresentação – ABNT. Inserção na pesquisa educacional em campo de atuação profissional.		
Bibliografia Básica	BAGNO, Marcos. Pesquisa da escola: o que é e como se faz. São Paulo: Loyola, 1998. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo (SP): Atlas, 2006.		
Bibliografia Complementar	COSTA, Marisa Cristina Vorraber (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa. 4 ed. Campinas (SP): Papirus, 2009. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.		

Componente Curricular	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	A educação nas diversas épocas. Os contextos histórico social, político e econômico da educação brasileira. A escola no contexto histórico catarinense. História da educação e as questões de gênero, étnico-raciais, indígena e quilombola.		
Bibliografia Básica	ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo (SP): Moderna, 2010. GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação brasileira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<p>BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. Histórias e memórias da educação no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005</p> <p>MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.</p> <p>ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. São Paulo: Vozes, 1997.</p> <p>SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Carlos, SANFELICE, José Luiz. História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.</p>
----------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	ANTROPOLOGIA	Carga Horária	60h
Ementa	A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. As interpretações antropológicas da cultura e da sociedade no Brasil. A crítica ao etnocentrismo e ao relativismo cultural. Etnia-raça, classe social e gênero na constituição social. Estudos antropológicos sobre educação e a escola no Brasil. Concepções de família/criança/infância como construção histórica/social e seu papel na Educação.		
Bibliografia Básica	COHN, Clarice. Antropologia da criança . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social . Rio de Janeiro, Rocco, 1991. MOSCAL, Janaina & FRIGO, Simone. Algumas questões de Antropologia Contemporânea . Curitiba: Ed. Intersaberes, 2020.		
Bibliografia Complementar	ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. RIBEIRO, Djamilia. Pequeno manual antirracista . São Paulo: Cia das Letras, 2019. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia . São Paulo, Brasiliense, 1988. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Sobre o pensamento antropológico . Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988. _____. O trabalho do antropólogo . 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000, p.17-35.		

Componente Curricular	PEDAGOGIA E PROFISSÃO DOCENTE	Carga Horária	60h
Ementa	Pedagogia como ciência da educação. Práxis pedagógica e o fazer científico. Formação do Pedagogo e o campo de atuação profissional: contexto histórico e o papel social, ético e político. Saberes docentes e o mundo do		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	trabalho. Políticas atuais e profissionalização docente. Autonomia e identidade profissional. Organizações profissionais, formação inicial e continuada.
Bibliografia Básica	BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores . 3. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2000. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). FONTANA, Roseli Aparecida Cação. Como nos tornamos professoras? Belo Horizonte: Autêntica, 2000. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
Bibliografia Complementar	FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa . 43 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. SCHEIBE, Leda. Políticas públicas de formação docente: o desafio do direito à educação . Ensino Em-Revista, Uberlândia, v. 17, n. 1. p. 95-109, jan./jun. 2010. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 9. ed. Petrópolis, (RJ): Vozes. VEIGA, Ilma Passos Alencastro e D'ÁVILA, Cristina. Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas . Campinas (SP): Papyrus, 2008.

Componente Curricular	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	Carga Horária	60h
Ementa	Linguagem e língua. Texto e discurso. Gêneros textuais escritos e orais: resenha crítica; artigo científico; ensaio; resumo; fala pública. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.		
Bibliografia Básica	DEMO, Pedro. Leitores para sempre . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. SILVA, Vera Maria Tietzmann. Leitura literária & outras leituras: impasses e alternativas no trabalho do professor . Belo Horizonte: RHJ, 2009. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual . 18 ed. São Paulo: Contexto, 2011.		
Bibliografia Complementar	KOCH, Ingedore, Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos . 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. HARTMANN, Schirley Horácio de Gois; SANTAROSA, Sebastião Donizete. Práticas de escrita para o letramento no ensino superior . 1.ed. Curitiba: Ibpex, 2011. POLITO, Reinaldo. Assim é que se fala: como organizar a fala e transmitir ideias . 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	SILVA, Ezequiel Theodoro da (Org.). A Leitura nos oceanos da internet . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina. Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas . Campinas (SP): Papirus, 2008.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2º SEMESTRE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II	Carga Horária	90h
Ementa	Epistemologia da pesquisa em educação. Trajetória e tendências da pesquisa em educação no Brasil. Aspectos qualitativos e quantitativos da pesquisa, incluindo o estado do conhecimento. Inserção no campo da pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	ANDRÉ, Marli. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 3. ed. São Paulo: Papirus, 2004. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: EPU, 2008. MARQUES, Mário Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa . Petrópolis: Vozes, 2008.		
Bibliografia Complementar	BRANDÃO, Zaia. Pesquisa em educação: conversa com pós-graduandos . Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa . 4. ed. Campinas (SP): Papirus, 2009. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2007. ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo (SP): Atlas, 2006.		

Componente Curricular	EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO	Carga Horária	60h
Ementa	Reestruturação produtiva e seus impactos na educação do trabalhador: manufatura, taylorismo-fordismo e acumulação flexível. As relações entre trabalho, sociedade e educação. Formação omnilateral dos sujeitos: o trabalho docente na perspectiva da emancipação humana.		
Bibliografia Básica	ANTUNES, Ricardo e SILVA, Moraes A. Maria (Orgs). O avesso do trabalho . São Paulo: Expressão Popular, 2004. ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital . São Paulo: Boitempo, 2020.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	POCHMANN, Marcio. Desigualdade econômica no Brasil . São Paulo: Ideias e Letras, 2015.
Bibliografia Complementar	ANTUNES, Ricardo. A fábrica de educação : da especialização Taylorista à flexibilização Toyotista. São Paulo: Cortez, 2017. LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs). Capitalismo, trabalho e educação . Campinas: Editores Associados, 2003. POCHMANN, Marcio. O mito da grande classe média : capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . Boitempo, 2005. ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural/feminismos plurais . São Paulo: Jandaira, 2020.

Componente Curricular	INFÂNCIA E PEDAGOGIA	Carga Horária	60h
Ementa	Conceitos e campos de estudo sobre criança e infância. Aspectos epistemológicos da relação infância, sociedade e educação. A infância como tempo de direitos. Produção cultural da criança e para a criança. A criança na pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. CORAZZA, Sandra Mara. História da Infância sem Fim . Ijuí: Editora Unijuí, 2004. DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil . São Paulo: Contexto, 2010.		
Bibliografia Complementar	BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. Infância, educação e direitos humanos . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. KUHLMANN JUNIOR, Moisés. Infância e educação infantil : uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2001. KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia. Ensino fundamental de nove anos : orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf >. RESENDE, Haroldo de (Org.). Michel Foucault : o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Estudos da infância : educação e práticas sociais. 2. ed. Petrópolis (RJ), 2009.		

Componente Curricular	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
------------------------------	-------------------------------	----------------------	------------



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ementa	Teorias e fundamentos psicológicos que envolvem ensino e aprendizagem, circunstâncias de sua produção e suas implicações para as práticas pedagógicas. Processos de subjetivação do sujeito educacional contemporâneo. Alteridade e educação. Concepções de sujeito subjacentes às abordagens epistemológicas do desenvolvimento humano. A constituição da subjetividade. Juventudes na contemporaneidade.
Bibliografia Básica	BOCK, Ana M. FURTADO, Odair (Orgs). Psicologias : uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. CARRARA, Kester (Org.) Introdução à psicologia da educação : seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004 LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Morto Kohl; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon : teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
Bibliografia Complementar	GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da Educação : fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Vozes. 2009. GALVÃO, Izabel. Henri Wallon : uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 10ed. Petrópolis: Vozes 2002. PAPALIA, Diane. Desenvolvimento humano . 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010. REGO, Maria Cristina. Vygotsky : uma perspectiva histórico cultural da educação. 25. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente . 5. ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1994.

Componente Curricular	DIDÁTICA-GERAL	Carga Horária	60h
Ementa	Abordagens da trajetória da didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processos de ensino-aprendizagem. Planejamento: níveis e estrutura básica. Avaliação do ensino e da aprendizagem.		
Bibliografia Básica	ANDRÉ, Marli E. D. A.; OLIVEIRA, Maria Rita Neto S. Alternativas no ensino de didática . 9º ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 2008. MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino : as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.		
Bibliografia Complementar	FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Didática e interdisciplinaridade . 14. ed. Campinas: Papirus, 2009. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMES, Angel I Perez. Compreender e transformar o ensino . Porto Alegre: Artmed. 2007.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). Lições de didática . São Paulo: Papirus, 2006. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Didática: o ensino e suas relações . 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3º SEMESTRE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVO III	Carga Horária	90h
Ementa	O sujeito pesquisador e os sujeitos da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Procedimentos de pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	LINHARES, Célia Frazão e Outros. Ensinar e aprender : sujeitos, saberes e pesquisa. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2002. PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação : possibilidades investigativas/ formativas da pesquisa-ação. v.2. São Paulo: Loyola, 2008. VIANNA, Heraldo Marelim. Pesquisa em educação : observação. Brasília: Plano Editora, 2003.		
Bibliografia Complementar	GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa : abordagem teórico-prática. Campinas (SP): Papirus, 1996. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2007. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo (SP): Atlas, 2006.		

Componente Curricular	INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL	Carga Horária	60h
Ementa	História e função social das instituições de Educação infantil. Política de atendimento educacional às crianças de 0 até 6 anos no Brasil. Propostas curriculares oficiais para a Educação Infantil brasileira. Cuidar e educar. Docência na Educação Infantil. A organização do cotidiano educativo de creche e pré-escola. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento, avaliação.		
Bibliografia Básica	CRAIDY, Carmen Maria. Educação infantil pra que te quero? Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. RAMOS, Zilma de Moraes. Educação infantil : fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	OSTETTO, Luciana Esmeralda Ostetto (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil : partilhando experiências de estágios. Campinas: Papyrus, 2012.
Bibliografia Complementar	BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força : rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Infância e educação infantil : uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2001. RAMOS, Zilma de Moraes. A criança e seu desenvolvimento : perspectivas para se discutir a educação infantil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. REDIN, Marita Martins. Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil . 3. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2014. ZABALA, Miguel. Qualidade em educação infantil . Porto Alegre: Artmed, 1998.

Componente Curricular	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60H
Ementa	Educação e filosofia. As bases filosóficas da educação: teorias clássicas, medievais, modernas e contemporâneas da educação. Processo educativo e suas relações com a ciência ao longo da história da humanidade ocidental. Fundamentos epistemológicos da educação e do processo educativo. Ética e educação.		
Bibliografia Básica	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS; Maria Helena Pires. Filosofando : introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1993. LUCKESI, Cipriano Carlos Filosofia da educação . São Paulo (SP): Cortez, 1990. SAVIANI, Dermeval. Do Senso Comum à Consciência Filosófica . São Paulo: Cortez, 1987.		
Bibliografia Complementar	ABBAGNANO, Nicol. Dicionário de filosofia . 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. CRAVER, Samuel M.; OZMON Howard A. Fundamentos filosóficos da educação . 6ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia : romance da história da filosofia. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. PAGNI, Pedro Angelo; SILVA, Divino José (Org.) Introdução à filosofia da educação : Temas Contemporâneos e História. 1. ed. São Paulo: Editora Avercamp, 2007.		

Componente Curricular	LINGÜÍSTICA	Carga Horária	60h
------------------------------	--------------------	----------------------	------------



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ementa	Linguagem, sociedade e ensino. Áreas de sociolinguística e psicolinguística. Variação linguística e preconceito linguístico. Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita.
Bibliografia Básica	BAGNO, Marcos. A língua de Eulália . São Paulo: Contexto, 1999. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização & Linguística . São Paulo: Scipione, 1996. ORLANDI, Eni Puccinelli. O que é linguística . São Paulo: Brasiliense, 1987.
Bibliografia Complementar	BENTES, Anna, e MUSSALIN, Fernanda. Introdução à linguística – domínios e fronteiras . São Paulo: Cortez, 2000. FIORIN, José Luiz (Org.) Introdução à linguística . São Paulo: Contexto, 2003. LOPES, Luiz Paulo da Moita. Por uma linguística aplicada indisciplinar . São Paulo: Parábola, 2006. SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social . São Paulo: Ática, 1993. WEEDWOOD, Barbara. História concisa da linguística . São Paulo: Parábola, 2003.

Componente Curricular	POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Legislação da educação brasileira. Estrutura e organização da educação brasileira. Financiamento da educação.		
Bibliografia Básica	BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro . 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2007. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012. SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional . 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2007.		
Bibliografia Complementar	BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 93394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo . 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2010. BRZEZINSKI, Iria. LDB 1996 Contemporânea: contradições, tensões e compromissos . São Paulo: Cortez, 2015. OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org). Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento . Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2011. SANTOS, Pablo S. M. B. dos. Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos . 2ª ed. São Paulo: Cengage, 2014.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB : por uma política educacional. Campinas (SP): Autores Associados, 2007.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM ARTE	Carga Horária	60h
Ementa	Concepções de Arte na educação a partir da história do ensino de Artes no Brasil. Abordagens metodológicas em Arte. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de Arte na Educação Básica. Arte e o processo criativo: artes visuais, música, dança e teatro. Documentos curriculares oficiais para área de Artes. Planejamento e avaliação em Artes. Currículo e práticas pedagógicas em Artes.		
Bibliografia Básica	BARBOSA, Ana Mae. Imagem do ensino da arte . São Paulo: Perspectiva, 2002. FONSECA DA SILVA, Maria Cristina da Rosa. A formação de professores de arte : diversidade e complexidade pedagógica. Florianópolis: Insular, 2005. SCHAFER, Raymond Murray. O ouvido pensante . Unesp, 1992.		
Bibliografia Complementar	IAVELBERG, Rosa. O desenho cultivado da criança. In: IAVELBERG, Rosa. Arte na sala de aula . Porto Alegre, Artes Médicas, 1995. MARQUES, Izabel. Ensino da dança hoje : textos e contextos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUI, Gisa; GUERRA, Maria Tereza. Didática do ensino da arte : a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1988. PILLAR, Analice. Desenho e construção de conhecimento na criança . Porto Alegre, Artes Médicas, 1996. FUSARI, Maria Felisminda de Rezende; FERRAZ, Maria Heloisa C. de T. Arte na educação escolar . São Paulo, Cortez, 1992.		

4º SEMESTRE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV	Carga Horária	90h
Ementa	Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Sistematização da pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	BAUER, Martin W. GASKELL, George (Orgs.) Pesquisa qualitativa com texto : imagem e som. Um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>SZYMANSKI, Heloisa (Org.). A entrevista na educação: a prática reflexiva. 3 ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.</p> <p>ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Texeira (Orgs.). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p>
Bibliografia Complementar	<p>GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 4. Editora Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.</p> <p>PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas (SP): Papyrus, 1996.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Loyola, 2008.</p>

Componente Curricular	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO I	Carga Horária	60h
Ementa	Alfabetização e Letramento: contextualização histórica. História e Características do sistema alfabético. Concepções teórico-metodológicas da alfabetização e do letramento. Aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. A função social da escrita.		
Bibliografia Básica	<p>LEITE, Sérgio Antônio da Silva (Org.). Alfabetização e Letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. 3. ed. Campinas: Komedi, 2005.</p> <p>SILVA, Ezequiel Theodoro da. Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade. São Paulo: Autores Associados, 2007.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2003.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>KRAMER, Sônia. Alfabetização: leitura e escrita. São Paulo: Ática, 2004.</p> <p>MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Educação e letramento. São Paulo: UNESP, 2004.</p> <p>RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.</p> <p>SMOLKA, Ana Luiza B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 10. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2001.</p> <p>SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p>		

Componente Curricular	JOGO, BRINQUEDO E BRINCADEIRA	Carga Horária	60h
------------------------------	--------------------------------------	----------------------	------------



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ementa	História e papel social dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Relação entre o jogo, brinquedo, brincadeira e o lúdico. Jogo, brinquedo e brincadeira e o processo ensino-aprendizagem.
Bibliografia Básica	BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura . 5.ed. São Paulo, Cortez, 2004. KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). O brincar e suas teorias . São Paulo: Pioneira Educação, 1998. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil . São Paulo: Pioneira, 2002.
Bibliografia Complementar	FREIRE, João Batista. O jogo: entre riso e o choro . 2. ed. Campinas: SP: Autores Associados, 2005. HUIZINGA, Johan. Natureza Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura . São Paulo: Perspectiva, 2007. REDIN, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca! 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000. VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . São Paulo: Martins Fontes, 2007. WAJSKOP, Gisela. Brincar na educação infantil . São Paulo: Cortez, 2012.

Componente Curricular	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM MATEMÁTICA	Carga Horária	75h
Ementa	A construção do número. Alfabetização matemática. Conceitos e procedimentos matemáticos nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na educação infantil. Estratégias de ensino de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na educação infantil. Noções fundamentais das teorias da educação matemática. Planejamento e avaliação. Vivências pedagógicas e curriculares.		
Bibliografia Básica	KAMII, Constance. A criança e o número . 36. ed. São Paulo: Papyrus, 2008. NUNES, Terezinha e Outros. Educação matemática: números e operações numéricas . São Paulo: Cortez, 2005. SMOLE, Kátia Cristina Stocco (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática . Porto Alegre: Artmed, 2001.		
Bibliografia Complementar	ARANÃO, Ivana Valéria Denófrío. A matemática através de jogos . 2. ed. Campinas: Papyrus, 1997. CENTURIÓN, Marília. Conteúdo e metodologia da matemática: números e operações . São Paulo: Scipione, 1994. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil . São Paulo: Pioneira, 2011. PARRA, Cecilia e SAIZ, Irma. Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. SMOLE, Kátia C. Stocco e CÂNDIDO, Patrícia T. Matemática e literatura infantil . 4. ed. Belo Horizonte: Lê, 1999.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	LITERATURA E EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Literatura, educação e sociedade. Literatura e tradição oral: a arte de contar histórias. Literatura infantil e juvenil: a formação do leitor. A literatura infantil através da história. Literatura e ensino: alternativas metodológicas. Literatura e as múltiplas linguagens. O professor-leitor na constituição de leitores. Leitura em sala de aula.		
Bibliografia Básica	ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil : gostosuras e bobices. São Paulo: Global, 2000. CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura infantil : teoria e prática. São Paulo: Ática, 2004. ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira . Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.		
Bibliografia Complementar	BUSATTO, Cléo. A Arte de Contar Histórias no Século XXI : Tradição e Ciberespaço, Ri. Petrópolis: Vozes. COELHO, Betty. Contar histórias : uma arte sem idade. São Paulo: Ática, 1998 MEIRELES, Cecília. Problemas da Literatura Infantil . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. TAHAN, Malba. A arte de ler e contar histórias . 5.ed. Rio de Janeiro: Conquistar, 1966. ZILBERMAN, Regina. LAJOLO, Marisa. Literatura infantil brasileira . São Paulo: Ática, 2003.		

5º SEMESTRE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS V	Carga Horária	90h
Ementa	Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. A ética na pesquisa educacional. Sistematização da pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa : escolhendo entre cinco abordagens. Trad. Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013. YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim . Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.		
Bibliografia Complementar	MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica H. T. A. O processo de pesquisa: iniciação. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora. 2006.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Loyola, 2008.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO II	Carga Horária	60h
Ementa	Escrita e textualidade. Processos de aprendizagem da leitura e da escrita. Gêneros textuais e processos de letramento. Práticas pedagógicas de alfabetização e letramento.		
Bibliografia Básica	KRAMER, Sônia. Alfabetização : leitura e escrita. São Paulo: Ática, 2004. SILVA, Ezequiel Theodoro da. Alfabetização no Brasil : questões e provocações da atualidade. São Paulo: Autores Associados, 2007. SMOLKA, Ana Luiza B. A criança na fase inicial da escrita : a alfabetização como processo discursivo. 10. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2001.		
Bibliografia Complementar	CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e letrar : um diálogo entre a teoria e a prática. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. KRAMER, Sônia. Alfabetização, leitura e escrita : formação de professores em curso. São Paulo, SP: Ática, 2001. LEITE, Sérgio Antônio da Silva (Org.). Alfabetização e letramento : contribuições para as práticas pedagógicas. 3. ed. Campinas: Komedi, 2005. RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) Letramento no Brasil : reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Global, 2004. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento : São Paulo: Contexto, 2003. SOARES, Magda. Letramento : um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.		

Componente Curricular	DIDÁTICA: EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	Carga Horária	60H
Ementa	Pressupostos epistemológicos do planejamento e da avaliação educacional. Relação entre Projeto Político Pedagógico, planejamento e avaliação. Planejamento e metodologias de ensino na educação infantil e anos iniciais. Princípios e funções da avaliação no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem : componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. REDIN, Marita Martins. Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na Educação Infantil . 4ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2017. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Aula : gêneses, dimensões, princípios e práticas. 2. ed. Campinas: Papirus, 2008.
Bibliografia Complementar	GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa . 20. ed. São Paulo: Loyola, 2013. MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo - área - aula. 12 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003. OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil : um caminho para a transformação. Porto Alegre: Penso, 2019. SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMES, Angel I Perez. Compreender e transformar o ensino . Porto Alegre: Artmed. 2007. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. 17.ed. São Paulo: Papirus, 2004.

Componente Curricular	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM LÍNGUA PORTUGUESA	Carga Horária	75h
Ementa	Gêneros discursivos. Estratégias. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental. Documentos curriculares oficiais para área de Língua Portuguesa. Planejamento e avaliação em Língua Portuguesa. Currículo e práticas pedagógicas em Língua Portuguesa.		
Bibliografia Básica	ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua e conhecimento linguístico . Para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. SILVA, Ezequiel Theodoro (coord.). A leitura nos oceanos da internet . São Paulo, Cortez, 2003. SOARES, Magda. Linguagem e escola : uma perspectiva social. 14. ed. São Paulo: Ática, 1996.		
Bibliografia Complementar	ANTUNES, Irandé. Aula de português : encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003. GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula . 3. ed. São Paulo: Ática, 1999-2001 GERALDI, João Wanderley; CITELLI, Beatriz. Aprender e ensinar com textos de alunos . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola . Campinas: Mercado de Letras, 2004. SOARES, Magda. Português : uma proposta para o letramento. São Paulo: Moderna, 1999.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	TEORIAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES	Carga Horária	60h
Ementa	Teorias educacionais e curriculares na educação brasileira. Teorias educacionais, currículo e os temas transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, indígena e quilombola, ética e direitos humanos. Formas de integração curricular. Organizações curriculares nos níveis e sistemas educacionais. Organizações curriculares nos documentos oficiais. Currículo e cultura. Novos paradigmas teóricos e curriculares.		
Bibliografia Básica	SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade : uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth (Orgs). Currículo : debates contemporâneos. 3. ed São Paulo: Cortez, 2010. SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia . 44ª ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020.		
Bibliografia Complementar	APPLE, Michael Whitman. Ideologia e currículo . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. CANDAU, Vera Maria (Org.). Didática, currículo e saberes escolares . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. GOODSON, Ivor. Currículo : teoria e história. 11 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011. SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo : uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000. SILVA, Aida Maria Monteiro Silva [et al.]. Didática, currículo e saberes escolares . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.		

Componente Curricular	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: EDUCAÇÃO INFANTIL	Carga Horária	105h
Ementa	Princípios do estágio na Educação Infantil. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações educativas. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças na Educação Infantil.		
Bibliografia Básica	BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil . Porto Alegre: Artmed, 2006. REDIN, Marita Martins. Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil . 3. ed. Porto Alegre (RS): Mediação, 2014. OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de (Org.). Educação infantil : muitos olhares. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.		
Bibliografia Complementar	BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Prática pedagógica na creche : zero a três anos. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2006.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>HOFFMANN, Jussara. Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.</p> <p>KRAMER, Sônia. Com a pré-escola nas mãos: Uma alternativa curricular para a educação infantil. 13. ed. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

6º SEMESTRE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS VI	Carga Horária	90h
Ementa	Sistematização da pesquisa em educação. Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação da pesquisa.		
Bibliografia Básica	<p>BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.) Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som. Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.</p> <p>CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.</p> <p>YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. Etnografia da prática escolar. Campinas, SP: Papyrus, 1995.</p> <p>LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.</p> <p>LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2009.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Loyola, 2008.</p>		

Componente Curricular	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM CIÊNCIAS NATURAIS	Carga Horária	75h
Ementa	Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de Ciências Naturais. Alfabetização científica. Conceitos e metodologia do ensino de ciências naturais. Documentos curriculares oficiais para área de ciências naturais. Planejamento e avaliação em ciências naturais. Currículo e práticas pedagógicas em ciências naturais.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	ASTOLFI, Jean Pierre e DEVELAY, Michel. A didática das ciências . 10. ed. Campinas: Papirus, 2006. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática . São Paulo: Thomson, 2004. MORAES, Roque. Ciências para as séries iniciais e alfabetização . 3. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzu, 1998.
Bibliografia Complementar	BARBIERI, Marisa Ramos. Laboratório de ensino de ciências . Ribeirão Preto: Holos, 2002. BIZZO, Nélío. Ciências: fácil ou difícil . 2. ed. São Paulo: Ática, 2000. DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André. Metodologia do ensino de Ciências . 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1992-2000. DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERAMBUCO, Marta Maria. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2002. MORAES, Roque. Construtivismo e ensino de ciências: reflexões epistemológicas e metodológicas . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Componente Curricular	EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEPÇÕES, SUJEITOS E PROCESSOS DE INCLUSÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Política da Educação Especial no Brasil. Organização do trabalho pedagógico e os processos de Inclusão: sujeitos da educação especial, currículo e processos avaliativos. O atendimento educacional especializado como apoio aos professores do ensino comum, acessibilidade nos espaços educacionais. Tecnologia Assistiva.		
Bibliografia Básica	CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is” . Porto Alegre. Mediação, 2019. CANDAU, Vera (Org.). Diferenças culturais e educação: construindo caminhos . Rio de Janeiro: Letras, 2011. RODRIGUES, Maria Rita. Mosaico do tempo: uma interação entre corpo, cegueira e baixa visão . Rio de Janeiro. Instituto Benjamin Constant, 2014.		
Bibliografia Complementar	CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva . 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. JANUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI . Campinas: Autores Associados, 2004. MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas . São Paulo: Cortez. 2003. MITTLER, Peter J. Educação inclusiva: contextos sociais . São Paulo: Artmed, 2003 RODRIGUES, David. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva . São Paulo: Summus, 2006.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM HISTÓRIA	Carga Horária	75h
Ementa	A produção historiográfica contemporânea e o diálogo com o ensino de História. O uso e a problematização de documentos históricos como fundamento da construção do conhecimento histórico escolar. A construção de noções de temporalidades e de processo histórico. O ensino da História na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. A avaliação da aprendizagem no ensino de História. Documentos curriculares oficiais. Práticas curriculares e pedagógicas no ensino da História.		
Bibliografia Básica	ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. Ensino de história . São Paulo: Cengage Learning, 2011. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados . 13. ed. Campinas: Papirus, 2012.		
Bibliografia Complementar	ABUD, Katia Maria. O ensino de História nos anos iniciais: como se pensa, como se faz . Antíteses. Londrina, v. 5, n. 10, p. 555-565, jul./dez. 2012. COOPER, Hilary. Ensino de História na educação infantil e anos iniciais: um guia para professores . Curitiba: Base Editorial, 2012. KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas . 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX . Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 135-159, 2013. URBAN, Ana Claudia; LUPORINI, Teresa Jussara. Aprender e ensinar História nos anos iniciais do Ensino Fundamental . São Paulo: Cortez, 2015.		

Componente Curricular	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM GEOGRAFIA	Carga Horária	75h
Ementa	O pensamento geográfico e o diálogo com o ensino Geografia. O ensino da Geografia na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. Conceitos e temas da Geografia em sala de aula. Espaço e representação: a diferentes dimensões da cartografia para escolares. Planejamento, seleção e organização de conteúdos da Geografia. Métodos, estratégias e proposta para o ensino da Geografia Escolar. Documentos curriculares oficiais para área de Geografia. Planejamento e avaliação em Geografia. Currículo e práticas pedagógicas em Geografia.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica . 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007. PONTUSCHKA, Nidia Nacib; TOMOLO, Iyda Paganelli; NÚRIA, Hanhlei Cacete. Para ensinar e aprender Geografia . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. RUA, João e Outros. Para ensinar Geografia . Rio de Janeiro: Acess, 2005.
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Rosângela Doin de. Cartografia escolar . São Paulo: Cotexto, 2001. FONSECA, Fernanda Padovesi; JAIME, Oliva. Como eu ensino Cartografia . São Paulo: Melhoramentos, 2013. MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política de espacialidade . Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia . Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago. 2005. TORRES, Eloiza Cristiane; SANTANA, Cristiane Daniela. Geomorfologia no ensino fundamental: conteúdos geográficos e instrumentos lúdico-pedagógicos . Londrina: Revista Geografia, v. 18, n. 1, 2009.

Componente Curricular	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: EDUCAÇÃO INFANTIL	Carga Horária	90h
Ementa	Observação e a reflexão crítica na/da docência na Educação Infantil. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças na Educação Infantil.		
Bibliografia Básica	HOFFMANN, Jussara. Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança . 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 151 p. KRAMER, Sônia. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil . 13. ed. São Paulo: Ática, 1999. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.		
Bibliografia Complementar	BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil . Porto Alegre: Artmed, 2006. BASSEDAS, Eulália, HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil . Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho . Porto Alegre, Artes Médicas, 1998. REDIN, Marita Martins. Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil . 3.ed. Porto Alegre (RS): Mediação, 2014. 208 p. OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de (Org.). Educação infantil: muitos olhares . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

7º SEMESTRE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS VII	Carga Horária	90h
Ementa	Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação, coleta e análise de dados da pesquisa. Elaboração do Trabalho de Curso.		
Bibliografia Básica	BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . São Paulo: Edições 70, 2011. GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos . Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim . Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.		
Bibliografia Complementar	BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.) Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som . Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. BOGDAN, Robert. C.; BIKLEN, Sari. K. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos . Porto – Portugal. Porto Editora, 1994. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens . Trad. Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. FRANCO, Maria Laura P. B. Análise do conteúdo . 3ª edição, Brasília: Liber Livro Editora, 2008. GRAY, David E. Pesquisa no mundo real . 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.		

Componente Curricular	TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na educação. Estudo teórico-prático e crítico dos recursos computacionais, voltados à educação: internet, multimídias, aplicativos, softwares educacionais, entre outros. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como recurso tecnológico no processo de ensino aprendizagem.		
Bibliografia Básica	ARMSTRONG, Alison. A criança e a máquina: como os computadores colocam a educação de nossos filhos em risco . Porto Alegre: Artmed, 2001. KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação . Campinas (SP): Papyrus, 2007. LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<p>CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.</p> <p>LEVY, Pierre. Cibercultura. Tradução: Carlos Irineu da Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.</p> <p>MARQUES, Mario Osório. A escola no computador: linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí (RS): Unijuí, 1999.</p> <p>MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarcísio; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 13. ed. Campinas: Papirus, 2007.</p> <p>VEEN, Wim; VRAKING, Ben. Homo Zappiens: educando na era digital. Tradução: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p>
----------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	LINGUAGEM, CORPO E MOVIMENTO	Carga Horária	60h
Ementa	Corpo, sociedade e escola: aspectos sócio históricos. Corpo, movimento, educação e escola.		
Bibliografia Básica	<p>FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2003</p> <p>OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda (Org.) Educação do corpo na escola brasileira. São Paulo: Autores Associados, 2006.</p> <p>SOARES, Carmem Lucia. Corpo e História. São Paulo: Autores Associados, 2005.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. A educação do corpo na sociedade do capital. Curitiba: Appris, 2013.</p> <p>ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 4 ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 1990.</p> <p>MELLO, Rosângela Aparecida. A necessidade histórica da educação física na escola: a emancipação humana como finalidade. (Tese apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina) Florianópolis, 2009.</p> <p>MEDINA, João Paulo Subirá. O brasileiro e o seu corpo: educação e política do corpo. 11. ed. São Paulo: Papirus, 2002.</p> <p>SOARES, Carmen Lucia. Educação física: raízes europeias e Brasil. 4. ed. – Campinas (SP): Autores Associados, 2007.</p>		

Componente Curricular	GESTÃO EDUCACIONAL	Carga Horária	75h
Ementa	Gestão educacional: fundamentos e princípios. Gestão democrática. O ideário do Estado e suas implicações para os sistemas de ensino. Planejamento institucional. A relação entre os entes federados e a garantia do direito à educação. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza, Seabra; OLVEIRA, João Ferreira de. Educação escolar : políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2007. LUCK, Heloísa. Gestão educacional : uma questão paradigmática. 11. ed. Petrópoli (RJ): Vozes, 2014. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar : introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
Bibliografia Complementar	BALL, Stephen J; MAINARDES Jefferson (Orgs.). Políticas educacionais : questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. (Orgs.). Gestão da educação : impasses, perspectivas e compromissos. 8. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2011. FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). A gestão da educação na sociedade mundializada : por uma nova cidadania. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. LIMA, Licínio. Organização escolar e democracia radical : Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. 29. ed. Campinas (SP): Papirus, 2011.

Componente Curricular	LIBRAS	Carga Horária	60h
Ementa	Comunidades surdas: história, culturas e identidades. Educação de surdos: políticas linguísticas e educacionais. Surdez e aquisição da linguagem. Educação bilíngue e metodologias de ensino para surdos. Introdução à estrutura linguística da Libras. Noções básicas da Libras: estudo do léxico, dêiticos, produção e compreensão de sentenças simples do cotidiano.		
Bibliografia Básica	CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (Ed.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira . 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e bilinguismo . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. SOUZA, Regina Maria de. Educação de surdos : pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.		
Bibliografia Complementar	CUNHA, Maria Clementina Pereira. Libras. Conhecimento além dos Sinais . São Paulo: Pearson Educations. GESSER, Audrei. Libras : que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009. HONORA, Márcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais : desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos : aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	SOUZA, Regina Maria de. Que palavra que te falta? Linguística, Educação e Surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Carga Horária	105h
Ementa	Princípios do estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações escolares. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.		
Bibliografia Básica	FREITAS, Helena Costa Lopes. O trabalho como princípio articulador da prática de ensino e nos estágios . Campinas: Papyrus, 1996. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2004. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998.		
Bibliografia Complementar	ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. O sentido da escola . 5. ed. Petrópolis: DP et Alli, 2008. BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado . 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002. BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Orientação para estágio em licenciatura . São Paulo: Thomson, 2005. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Técnicas de ensino: por que não? 4. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1995.		

8º SEMESTRE

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS VIII	Carga Horária	105h
Ementa	Finalização e defesa do Trabalho de Curso.		
Bibliografia Básica	ANDRÉ, Marli. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2004. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens . Trad. Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim . Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<p>BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.) Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som. Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.</p> <p>BOGDAN, Robert. C.; BIKLEN, Sari. K. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto – Portugal. Porto Editora, 1994.</p> <p>GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>PÁDUA, Elisabete M Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas (SP): Papirus, 1996.</p> <p>SALOMON, Delcio Vieira. Como fazer uma monografia. 10 ed. São Paulo: Martins, 2001.</p>
----------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	GESTÃO ESCOLAR	Carga Horária	75h
Ementa	Processos de organização e gestão da escola. As formas de organização, estruturação e planejamento da/escola. Planos de Gestão. As funções de gestão nas dimensões administrativa e pedagógica da escola. Projeto Político Pedagógico. Mecanismos de participação e gestão democrática da escola.		
Bibliografia Básica	<p>LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed. Campinas (SP): Papirus, 2011.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). A gestão da educação na sociedade mundializada: por uma nova cidadania. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.</p> <p>GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. Temas para um projeto político-pedagógico. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. 5.ed. Goiânia, MF Livros, 2008.</p> <p>LIMA, Licínio. Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.</p> <p>VASCONCELOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.</p>		

Componente Curricular	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Carga Horária	30h
Ementa	Pressupostos teóricos e metodológicos na modalidade. Políticas públicas e legislação na modalidade. Trajetória da Educação de Jovens e Adultos no		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Brasil. Especificidades da docência e da avaliação na modalidade Educação de Jovens e Adultos.
Bibliografia Básica	ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz (orgs.). A alfabetização de jovens e adultos e uma perspectiva de letramento . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. BARCELOS, Valdo. Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas . Petrópolis: Vozes, 2010. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
Bibliografia Complementar	BARCELOS, Valdo. Avaliação na educação de jovens e adultos . Petrópolis: Vozes, 2015. BARCELOS, Valdo. Formação de professores para educação de jovens e adultos . Petrópolis: Vozes, 2014. BORGES, Eliana e Outros. Alfabetização de jovens e adultos . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 54.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de (org.). Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas . Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Componente Curricular	EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Direitos humanos e formação para a cidadania. Educação como direito fundamental. Educação e diversidade. Marcadores sociais da diferença: gênero e sexualidade. Racismo estrutural. Capacitismo. Educação inclusiva e legislação. Acesso, inclusão, permanência, êxito. Políticas afirmativas em educação.		
Bibliografia Básica	AQUINO, Júlio Groppa (Org.). Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas . 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. Educar em Direitos Humanos: construir democracia . Rio de Janeiro: Vozes, 2000. SCHILING, Flávia. Direitos Humanos e educação: outras palavras, outras práticas . São Paulo: Cortez, 2005.		
Bibliografia Complementar	GIOVANNETTI, Andrea (Org.). 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: conquistas do Brasil . Brasília: Fundação de Gusmão, 2009.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>OMOTE, Sardão (Org). Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.</p> <p>RIZZI, Ester; GONZALEZ, Marina; XIMENES, Salomão Barros. Direito humano à educação. 2. ed. Curitiba/São Paulo: Plataforma Dhesca Brasil/Ação Educativa, 2009. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/images/stories/2012/cartilhaeducacaoacaojustica.pdf>.</p> <p>SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.). Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>.</p> <p>STAINBACK, Suzan; STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Carga Horária	105h
Ementa	Observação e a reflexão crítica na/da docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Vivências docentes e a organização do trabalho docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.		
Bibliografia Básica	BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Orientação para estágio em licenciatura . São Paulo: Thomson, 2005. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. ZABALA, Antoni. A prática educativa : como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.		
Bibliografia Complementar	ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. O sentido da escola . 5. ed. Petrópolis: DP et Alii, 2008. BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação : estágio supervisionado. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002. FREITAS, Helena Costa Lopes. O trabalho como princípio articulador da prática de ensino e nos estágios . Campinas: Papyrus, 1996. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez Editora, 2004. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Técnicas de ensino : por que não? 4. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1995.		

9.2 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	Carga Horária	30h
Ementa	Aspectos sócio-históricos, teóricos, metodológicos e legais da Educação Profissional Tecnológica (EPT) no Brasil. Concepções de ensino e função social da EPT. Especificidades da docência e do trabalho pedagógico na modalidade Educação Profissional Tecnológica.		
Bibliografia Básica	FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia : relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino médio e profissional : as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997. MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil : Atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.		
Bibliografia Complementar	CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação Profissional Brasileira : da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino médio integrado : concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. KUENZER, Acácia Zeneida (Org.). Ensino Médio : construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002. MOURA, Dante Henrique. Trabalho e formação docente na educação profissional . 1ª edição. Formação Pedagógica. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional . Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.		

Componente Curricular	EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO INDÍGENA	Carga Horária	30h
Ementa	Pressupostos teóricos e metodológicos na modalidade. Políticas públicas e legislação na modalidade. Trajetória da Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena no Brasil. Especificidades da docência na modalidade Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena.		
Bibliografia Básica	ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma educação do campo . Petrópolis: Vozes, 2004. CALDART, Roseli Salete (org.). Caminhos para transformação da escola : reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. Educação escolar das relações étnico-raciais : história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2012.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<p>AUED. Bernardete Wrubleviski; VENDRAMINI, Célia Regina (Org.) Educação do campo: desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Insular, 2009.</p> <p>CALDART, Roseli Salete. Escola é mais do que escola na pedagogia do movimento sem-terra. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.</p> <p>CANDAU, Vera (Org.). Diferenças culturais e educação: construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.</p> <p>CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar Jorge; CALDART, Roseli Salete (org.). Educação do campo: identidade e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: ANCA, 2002.</p> <p>KOLLING, Edgar G; CERIOI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. (Org.). Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas. Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.</p>
----------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	Carga Horária	30h
Ementa	Aspectos históricos e culturais da Educação a Distância (EaD). Legislação e políticas públicas da EaD no Brasil. Docência e mediação pedagógica na EaD. Ambientes virtuais de ensino-aprendizagem e produção de conteúdos para a EaD.		
Bibliografia Básica	<p>LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.</p> <p>LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (orgs). Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.</p> <p>MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria. Educação a Distância: desafios contemporâneos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>FEITOSA, Girlene. Formação de professores e as tecnologias digitais: a contextualização da prática na aprendizagem. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.</p> <p>MATTAR, João. Tutoria e interação em educação à distância. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>LITTO, Fredric Michael; MATTAR, João (orgs.). Educação aberta online: pesquisar, remixar e compartilhar. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.</p> <p>GIOLO Jaime. Educação a Distância: tensões entre o público e o privado. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/12.pdf>.</p> <p>Revista EmRede. ISSN 2359-6082. Periódico publicado pela UniRede, associação que reúne instituições de ensino público e que atuam na Educação a Distância. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede>.</p>		

Componente Curricular	FUNDAMENTOS DA MATEMÁTICA	Carga Horária	30h
Ementa	Conceitos fundamentais da matemática: contagem e medida, número e contagem, números e medida. Os conteúdos matemáticos dos anos iniciais do		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	ensino fundamental e na educação infantil: aritmética, medidas, frações e geometria.
Bibliografia Básica	IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos, funções . 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. MALDANER, Anastácia. Educação matemática: fundamentos teórico-práticos para professores dos anos iniciais . Porto Alegre: Mediação, 2011. SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. Matemática básica para cursos superiores . São Paulo: Atlas, 2001.
Bibliografia Complementar	CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino da matemática . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil . São Paulo: Pioneira, 2011. MALDANER, Anastácia. Educação matemática: fundamentos teórico-práticos para professores dos anos iniciais . Porto Alegre: Mediação, 2011. MENDES, Iran Abreu; SANTOS FILHO, Antônio dos; PIRES, Maria Auxiliadora Lisboa Moreno. Práticas matemáticas em atividades didáticas para os anos iniciais . São Paulo: Livraria da Física, 2011. SMOLE, Kátia Stocco; MUNIZ, Cristiano Alberto (Org.). A matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental . Porto Alegre: Penso, 2013.

Componente Curricular	TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO I	Carga Horária	30h
Ementa	Compreensão da relação entre a sociedade e a educação na contemporaneidade com ênfase e aprofundamento nos debates sócio-cultural-filosóficos da educação e implicações para a construção do conhecimento, sem deixar de levar em conta o papel docente e a função social da escola.		
Bibliografia Básica	ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva . 8ª ed. Cortez Editora: São Paulo, 2018. ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias . 2º ed. Editora Vozes 2014. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . 41º ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.		
Bibliografia Complementar	ARROYO, Miguel Gonzalez. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens . Petrópolis: Vozes, 2000. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação . Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>GADOTTI, Moacir. A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.</p> <p>GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de Afonso. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183>.</p> <p>LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. 4ª ed. Belo Horizonte; Autêntica, 2001.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 27. ed. Campinas: Autores Associados, 1993.</p> <p>YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, dez. 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?lang=pt&format=pdf></p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO II	Carga Horária	30h
Ementa	Discussão e aprofundamento de questões educacionais no cenário contemporâneo, considerando os pressupostos básicos do curso e o diálogo com os/as estudantes.		
Bibliografia Básica	ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva . 8ª ed. Cortez Editora: São Paulo, 2018. ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias . 2º ed. Editora Vozes 2014. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa. 41º ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.		
Bibliografia Complementar	ARROYO, Miguel Gonzalez. Ofício de Mestre : imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação . Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000. GADOTTI, Moacir. A escola e o professor : Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher Brasil, 2007. GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de Afonso. Políticas docentes no Brasil : um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível: < https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183 >. LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana : danças, piruetas e mascaradas. 4ª ed. Belo Horizonte; Autêntica, 2001. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . 27. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, dez. 2007. Disponível em		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?lang=pt&format=pdf
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente Curricular	TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO III	Carga Horária	30h
Ementa	Temas atuais na área da educação. Função social da Pedagogia frente aos desafios atuais da sociedade. Teorias contemporâneas e os sentidos emergentes da educação.		
Bibliografia Básica	ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva . 8ª ed. Cortez Editora: São Paulo, 2018. ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias . 2º ed. Editora Vozes 2014. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . 41º ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.		
Bibliografia Complementar	ARROYO, Miguel Gonzalez. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens . Petrópolis: Vozes, 2000. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação . Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000. GADOTTI, Moacir. A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar . São Paulo: Publisher Brasil, 2007. GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte . Brasília: UNESCO, 2011. Disponível: < https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183 >. LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas . 4ª ed. Belo Horizonte; Autêntica, 2001. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . 27. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, dez. 2007. Disponível em < https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?lang=pt&format=pdf >		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

10.1 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE

Nome	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	E-mail	Link para lattes	Telefone institucional
Ana Cristina Quintanilha Schreiber	23XXX09	20h	Doutorado	ana.schreiber@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7189794514195530	(48) 3533-4001
Anderson Sartori	18XXX18	40h DE	Doutorado	anderson.sartori@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4927986821518916	(48) 3533-4001
Armando Mendes Neto	22XXX92	40h DE	Especialização	armando.mendes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1622898993230664	(48) 3533-4001
Carla Margarete Ferreira dos Santos	11XXX94	40h DE	Doutorado	carla.santos@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3480971855615714	(48) 3533-4001
Carla Sofia Dias Brasil	17XXX52	40h DE	Mestrado	carla.brasil@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6879708310353925	(48) 3533-4001
Carolina Braghirolli Stoll	18XXX50	40h DE	Doutorado	carolina.stoll@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3194586752046576	(48) 3533-4001
Clarice Vaz dos Santos Arbelo	22XXX73	40h DE	Mestrado	clarice.arbelo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2770876899840470	(48) 3533-4001
Cleber Luiz Damin Ferro	22XXX08	40h DE	Graduação	cleber.ferro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0636855066998476	(48) 3533-4001
Darc Ionice Feijó da Rocha	22XXX97	40h DE	Especialização	darc.rocha@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8169149992485759	(48) 3533-4001
Eliane Anastácio Floriano	11XXX99	40h DE	Mestrado	eliane.floriano@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0067192104019790	(48) 3533-4001
Éria Cardoso	24XXX90	40h DE	Doutorado	eria.cardoso@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8373717314291787	(48) 3533-4001
Fabrcio Cesar Dias	23XXX17	40h DE	Doutorado	fabrcio.dias@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9083483445287711	(48) 3533-4001
Gilnei Magnus dos Santos	11XXX39	40h DE	Doutorado	gilnei.santos@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5675090387365345	(48) 3533-4001
Giovani Felipe	11XXX77	40h DE	Mestrado	giovani.felipe@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5106947544135332	(48) 3533-4001
Giovani Marcelo Schmidt	22XXX15	40h DE	Mestrado	giovani.schmidt@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1091003111673056	(48) 3533-4001
Glíndia Victor	17XXX25	40h DE	Mestrado	glindia.victor@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6339621438150160	(48) 3533-4001
Guilherme Klein da Silva Bitencourt	22XXX61	40h DE	Mestrado	guilherme.bitencourt@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2567270001305501	(48) 3533-4001
Helmo Alan Batista de Araújo	21XXX86	40h DE	Doutorado	helmo.araujo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9463131372497100	(48) 3533-4001
Jéferson Mendonça de Limas	35XXX00	40h DE	Mestrado	jeferson.limas@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7704365810960301	(48) 3533-4001



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Joédio Borges Junior	26XXX77	40h DE	Graduação	joedio.borges@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8604823842334128	(48) 3533-4001
José Leocádio Cabral Neto	11XXX26	40h DE	Mestrado	jose.cabral@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5029436380052917	(48) 3533-4001
Kenia Zanella	19XXX27	40h DE	Mestrado	kenia.zanella@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8823302601675441	(48) 3533-4001
Leila Maria Vasquez Beltrão	10XXX64	40h DE	Doutorado	leila.beltrao@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2242340447006677	(48) 3533-4001
Lucas Spillere Barchinski	15XXX19	40h DE	Doutorado	lucas.barchinski@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5910857730839300	(48) 3533-4001
Lucyene Lopes da Silva	18XXX35	40h DE	Doutorado	lucyene.nunes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7548741131749775	(48) 3533-4001
Mara Juliane Woiciechoski Helfenstein	21XXX65	40h DE	Doutorado	mara.helfenstein@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9502866951040801	(48) 3533-4001
Marco Antonio Silveira de Souza	19XXX66	40h DE	Mestrado	marco.souza@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9102811886585365	(48) 3533-4001
Margarete Farias Medeiros	19XXX61	40h DE	Doutorado	margarete.medeiros@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7551218758635001	(48) 3533-4001
Maria Emília Martins da Silva Garbuio	18XXX38	40h DE	Mestrado	maria.martins@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6360749673483284	(48) 3533-4001
Matheus Lorenzato Braga	11XXX74	40h DE	Mestrado	matheus.braga@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7615980527413765	(48) 3533-4001
Matheus Trindade Velasques	12XXX04	40h DE	Mestrado	matheus.velasques@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0073807656511272	(48) 3533-4001
Rosemary de Fátima de Assis Domingos	18XXX35	40h DE	Mestrado	rosemary.domingos@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5360238087007849	(48) 3533-4001
Sabrina Mendes Boeira	15XXX34	40h DE	Mestrado	sabrina.boeira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1939852733903260	(48) 3533-4001
Sandra Vieira	12XXX59	40h DE	Doutorado	sandra.vieira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8955094240348838	(48) 3533-4001
Silvana Colares Lúcio de Souza	15XXX90	40h DE	Mestrado	silvana.souza@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3440334248147803	(48) 3533-4001
Tatiane Estácio de Paula	23XXX27	20h	Doutorado	tatiane.paula@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1692118029971590	(48) 3533-4001
Tereza Cristina Benevenuto Lautério	23XXX47	40h DE	Mestrado	tereza.lauterio@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3684543406962635	(48) 3533-4001
Valdirene da Rosa Rocho	35XXX15	40h DE	Doutorado	valdirene.rocho@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3019957754751704	(48) 3533-4001
Vanderlei Freitas Júnior	15XXX81	40h DE	Doutorado	vanderlei.freitas@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6725856869061836	(48) 3533-4001
Victor Martins de Sousa	19XXX17	40h DE	Mestrado	victor.souza@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9963886020260067	(48) 3533-4001

10.2 COORDENAÇÃO DE CURSO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC, em relação ao coordenador de curso:

Art. 80 A Coordenação de Cursos de Graduação é a instância responsável, junto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), por gerir o curso e deve ser ocupada por docente escolhido pelo colegiado e demais docentes que atuam no curso no ano do processo de escolha, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais um mandato consecutivo.

§ 1º Para os cursos de graduação e de nível médio podem se candidatar a coordenação somente docentes efetivos do quadro permanente que atuam no curso e que sejam, preferencialmente, da área do curso;

§ 2º O coordenador de curso pode indicar docente efetivo do quadro permanente que atuam no curso a coordenador adjunto, que auxiliará nas demandas da coordenação e assumirá, no caso de ausência ou impedimentos legais do coordenador do curso, as atribuições de coordenação como coordenador substituto.

§ 3º Caso haja necessidade de alteração da Coordenação de Curso antes do término de mandato, deve haver nova escolha, com novo período de mandato conforme consta no caput deste artigo.

§ 4º Caso não haja candidatos aptos e interessados para o cargo de Coordenação do Curso, cabe ao colegiado indicar o coordenador.

Art. 83 São atribuições da Coordenação de Curso:

I - cumprir e fazer cumprir as decisões e normas estabelecidas pelas instâncias superiores e demais órgãos, em articulação com NDE e/ou colegiado;

II - conduzir e supervisionar a atualização pedagógica do curso e acompanhar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;

III - incentivar a articulação entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e fomentar a realização de eventos científicos, culturais e esportivos no âmbito do curso;

IV - subsidiar a gestão do *campus* no diagnóstico das necessidades do curso atreladas a pessoal e infraestrutura, articulando também com os setores competentes a manutenção e atualização dos espaços, equipamentos e materiais, visando o processo de ensino e aprendizagem;

V - contribuir para a construção e consolidação de políticas, diretrizes e mecanismos gerenciais que tenham relação com o curso;

V - apoiar e auxiliar a execução das políticas e programas de permanência e êxito, inclusão e diversidade e acompanhamento de egressos;

VI - acompanhar, participar e prestar informações nos processos de avaliação institucional e de curso, assim como articular o desenvolvimento de ações a partir dos indicadores nos processos avaliativos;

VII - recepcionar, informar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento do curso;

VIII - executar as atividades demandadas no sistema acadêmico relativas à Coordenação de Curso;

IX - acompanhar a elaboração do quadro de horários de aula do curso, em conjunto com a Coordenação Geral de Ensino (CGE) ou equivalente, observando o PPC e o Calendário Acadêmico;

X - analisar e emitir parecer dos requerimentos relacionados ao curso, e quando necessário consultar NDE e/ou Colegiado;

XI - convocar, presidir e documentar as reuniões do Colegiado de Curso e/ou NDE;

XII - analisar e homologar, em conjunto com o NDE e/ou colegiado, os Planos de Ensino de acordo com calendário acadêmico;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

XIII - analisar e acompanhar a consolidação dos diários de turma ao final de cada período letivo;

XIV - analisar e validar as atividades curriculares complementares, diversificadas, estágio e trabalho de conclusão de curso, quando for o caso;

XV - inscrever e orientar os estudantes quanto aos exames de desempenho aplicados ao curso.

10.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

Art. 84 O NDE (graduação) é um órgão propositivo, com responsabilidades acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do NDE mensalmente, conforme previsão no calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do NDE devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de NDE devem ser registradas em ata, assinada por todos os participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

§ 6º O NDE pode demandar assessoria do NUPE.

Art. 85 A constituição do NDE deve atender, no mínimo:

I - Coordenador do Curso, como presidente;

II - 5 (cinco) docentes efetivos, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso;

§ 1º O NDE deve ter no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus membros em regime de trabalho em dedicação exclusiva.

§ 2º Para o caso do NDE, levando em conta as avaliações institucionais organizadas pelo INEP, o núcleo deve ter pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-graduação *stricto sensu*.

§ 3º Os *campi* têm autonomia para definir estratégias de escolha dos integrantes do NDE e NDB, devendo garantir permanência por no mínimo 2 (dois) anos e estratégias de renovação parcial dos integrantes.

§ 4º A constituição do NDE e NDB é formalizada mediante portaria específica emanada do Diretor Geral do *campus*, que explicitará o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 5º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 86 São atribuições do NDE:

I - elaborar, implantar, supervisionar, consolidar e propor alterações atualizações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI;

II - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

III - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;

IV - propor formas de incentivo às ações relativas ao aperfeiçoamento, desenvolvimento e integração do ensino, pesquisa e extensão, oriundas de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

V - analisar e emitir parecer dos Planos de Ensino, considerando se estão em consonância com o PPC;

VI - acompanhar o processo didático-pedagógico, analisando os resultados de ensino e aprendizagem observando o PPC;

VII - estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes e propor ações com vistas à permanência e êxito;

VIII - acompanhar, junto à Coordenação do Curso e CPA/CLA, os processos de avaliação externa e interna e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IFC.

IX - preparar e executar ações de autoavaliação do curso aplicando os resultados na melhoria do curso.

X - incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;

XI - Analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, quando demandado pela Coordenação de Curso.

Art. 87 Compete ao Presidente do NDE:

I - convocar os membros;

II - presidir e garantir o registro das reuniões;

III - representar ou indicar representante, junto ao Colegiado de Curso;

IV - encaminhar as matérias apreciadas às instâncias de competência do curso;

V - coordenar a integração do NDE ou NDB aos demais órgãos da instituição.

10.4 COLEGIADO DE CURSO

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

Art. 88 O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento presente nos cursos superiores, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso nos limites estabelecidos pelos órgãos superiores do IFC.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do colegiado, mensalmente, conforme previsão em calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do colegiado devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de Colegiado devem ser registradas em ata, assinada por todos participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

Art. 89 A composição do Colegiado dar-se-á da seguinte forma:

I - Coordenador de Curso, que presidirá o Colegiado;

II - um representante do Núcleo Docente Estruturante (NDE), além do coordenador de curso;

III - 70% (setenta por cento) da composição total do colegiado deve ser composta por docentes que atuam no curso, garantindo no mínimo 30% (trinta por cento) do corpo docente efetivo;

IV - no mínimo um técnico administrativo em educação, preferencialmente da área pedagógica ou membro do Núcleo Pedagógico (NUPE);

V - no mínimo um representante discente, escolhido por seus pares;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

§ 1º Os *campi* têm autonomia para definir as estratégias de escolha dos integrantes do Colegiado, entre os pares, podendo haver renovação a qualquer tempo.

§ 2º A constituição do colegiado do curso é formalizada mediante portaria específica expedida pelo Diretor Geral do *campus*, explicitando o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 3º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 90 Competências do Colegiado de Curso:

I - analisar, aprovar, acompanhar e avaliar o PPC e suas alterações, em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;

II - acompanhar, analisar e deliberar sobre atividades acadêmicas relativas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;

III - aprovar orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas não previstas no PPC, propostas pelo NDE do curso, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;

IV - emitir parecer sobre assuntos de natureza técnica e administrativa, no âmbito do curso;

V - deliberar sobre processos relativos ao corpo discente, respeitadas as decisões de Conselho de Classe, quando for o caso;

VI - proporcionar articulação entre a Direção-geral, docentes e as diversas unidades do *campus* que participam da operacionalização do processo de ensino e aprendizagem;

VII - analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da RACI, junto com a Coordenação de Curso.

VIII - homologar os planos de ensino analisados pelo NDE;

IX - exercer outras atribuições previstas em lei e fazer cumprir esta OD, propondo alterações, quando necessárias, para instâncias superiores;

Art. 91 Compete ao Presidente do Colegiado:

I - dar posse aos membros do Colegiado;

II - convocar e presidir as reuniões;

III - votar, e em caso de empate, dar o voto de qualidade;

IV - designar o responsável pela secretaria do Colegiado, garantindo o registro das reuniões;

V - designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;

VI - submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da reunião anterior;

VII - encaminhar as decisões do Colegiado ao órgão ou setor competente;

VIII - apresentar a pauta, o número dos membros presentes e o término dos trabalhos;

IX - conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso;

X - decidir as questões de ordem;

XI - submeter à discussão e, definidos os critérios, a votação das matérias em pauta e anunciar o resultado da votação;

XII - comunicar as justificativas de ausências apresentadas pelos membros do colegiado;

XIII - representar o Colegiado, ou indicar representante, junto aos demais órgãos do IFC.

10.5 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Nome	SIAPE	Cargo	Titulação	E-mail
Adonilton Luiz Pizzatto	21xxx52	Auditor	MESTRADO	nito.pizzatto@ifc.edu.br
Ana Maria de Moraes	15xxx99	Pedagogo – Supervisão	MESTRADO	ana.moraes@ifc.edu.br
André Ferreira Bento	19xxx16	Técnico em Laboratório – Informática	ESPECIALIZAÇÃO	andre.bento@ifc.edu.br
Andreia da Silva Bez	14xxx44	Psicóloga	DOUTORADO	andreia.bez@ifc.edu.br
Antonio Cosmo dos Santos	22xxx97	Técnico em Laboratório – Informática	MESTRADO	antonio.santos@ifc.edu.br
Antônio Marcos Marangoni	17xxx39	Administrador	MESTRADO	antonio.marangoni@ifc.edu.br
Cledimara dos Santos Klaus	23xxx63	Técnico em Enfermagem	GRADUAÇÃO	cledimara.klaus@ifc.edu.br
Cristiane Lied	16xxx89	Assistente de Administração	ESPECIALIZAÇÃO	cristiane.lied@ifc.edu.br
Daiana Henrique Maria	15xxx37	Assistente em Administração	ESPECIALIZAÇÃO	daiana.Maria@ifc.edu.br
Dalvana Silva da Gama	18xxx04	Técnico em Assuntos Educacionais	MESTRADO	dalvana.gama@ifc.edu.br
Diego Monsani	17xxx97	Bibliotecário-Docum entalista	ESPECIALIZAÇÃO	diego.monsani@ifc.edu.br
Eliane Inácio Trajano	28xxx97	Assistente de Aluno	GRADUAÇÃO	eliane.trajano@ifc.edu.br
Famelene Ferraz da Silva	19xxx20	Auxiliar em Administração	GRADUAÇÃO	famelene.silva@ifc.edu.br
Gerusa da Rosa Bez de Souza	17xxx20	Assistente de Aluno	GRADUAÇÃO	gerusa.souza@ifc.edu.br
Ivanor Anversa Machado	11xxx61	Servente de Obras	GRADUAÇÃO	ivanor.machado@ifc.edu.br
Jonatan Marguti Pereira	15xxx60	Técnico de Tecnologia da Informação	ESPECIALIZAÇÃO	jonatan.pereira@ifc.edu.br
Lidiane Silva Braga	18xxx41	Assistente de Aluno	MESTRADO	lidiane.Braga@ifc.edu.br
Lônia Lúcia Lied	11xxx96	Lavadeiro	ESPECIALIZAÇÃO	lonia.lied@ifc.edu.br
Luciana Cândido dos Santos	12xxx35	Auxiliar de Limpeza	GRADUAÇÃO	luciana.santos@ifc.edu.br
Maria Lucia Duarte de Lima	12xxx36	Auxiliar de Limpeza	ENSINO MÉDIO	maria.lima@ifc.edu.br
Milena Alves Bratti	18xxx82	Assistente em Administração	ESPECIALIZAÇÃO	milena.bratti@ifc.edu.br
Mirian Rocho da Rosa Silveira	28xxx55	Técnico em Laboratório – Química	MESTRADO	mirian.silveira@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Olivia Caroline Ventura Silva Trajano	17xxx42	Assistente de Aluno	GRADUAÇÃO	olivia.trajano@ifc.edu.br
Patricia Kellen Pereira	22xxx00	Auxiliar de Biblioteca	ESPECIALIZAÇÃO	patricia.pereira@ifc.edu.br
Paula Guadanhim Generoso	15xxx50	Assistente em Administração	MESTRADO	paula.generoso@ifc.edu.br
Ramon Silva Cunha	18xxx78	Tradutor Intérprete de Linguagens de Sinais	GRADUAÇÃO	ramon.cunha@ifc.edu.br
Reginaldo Luiz Cipriano	11xxx04	Almoxarife	ENSINO MÉDIO	reginaldo.cipriano@ifc.edu.br
Rosana Possamai Della	10xxx36	Tradutor Intérprete de Linguagens de Sinais	ENSINO MÉDIO	rosana.dela@ifc.edu.br
Silvana Bauer Rocha	16xxx67	Assistente em Administração	ENSINO MÉDIO	silvana.rocha@ifc.edu.br
Ulysses Tavares Carneiro	16xxx38	Técnico em Assuntos Educacionais	MESTRADO	ulysses.carneiro@ifc.edu.br
Vanessa da Silva Rocha	23xxx60	Tradutor Intérprete de Linguagens de Sinais	ESPECIALIZAÇÃO	vanessa.rocha@ifc.edu.br
Vanessa Dias Espíndola	21xxx53	Assistente Social	MESTRADO	vanessa.espindola@ifc.edu.br

10.6 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

A formação continuada dos docentes e dos técnicos administrativos em educação é fundamental para a manutenção e melhoria da qualidade dos processos de ensino, aprendizagem e administrativos no IFC. Prevista no PDI 2024/2028, nos itens 8.3.2 e 8.3.3, essa formação integra-se ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e busca atender às necessidades institucionais, promovendo o desenvolvimento profissional dos servidores. Para os docentes, as capacitações abrangem áreas como metodologias inovadoras de ensino, uso de tecnologias digitais, relações interpessoais, educação a distância e legislação educacional. Além disso, incentivam reflexões sobre a prática docente e o aprimoramento profissional, por meio de encontros e reuniões pedagógicas. Para os técnicos administrativos, a formação continuada foca na melhoria dos processos administrativos que suportam o ensino e a aprendizagem. As ações para ambos os grupos incluem apoio para participação em eventos e cursos, realização de eventos e cursos internos pelo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

próprio IFC, e suporte para cursos de pós-graduação, com concessão de licenças e horários especiais.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

A infraestrutura geral do *Campus* compreende uma área total de aproximadamente 5.000 m². A estrutura pedagógica existente, atualmente, no IFC *Campus* Sombrio está orientada para oferecer sustentação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em uma perspectiva de articulação destes três eixos, tanto no ensino Superior, como no ensino Básico/Técnico. Desta forma, partindo de uma Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), a parte pedagógica organiza-se em três coordenações (coordenação geral de ensino, coordenação de pesquisa e extensão e coordenação de registro acadêmico e cadastro institucional), com seus respectivos setores de apoio pedagógico. Além destas coordenações e setores, a DEPE conta com órgãos colegiados, que acompanham as diversas atividades escolares e acadêmicas relativas aos cursos oferecidos e atuam de maneira consultiva e propositiva.

Atualmente os órgãos colegiados do *Campus* Sombrio são os seguintes: NUPE – Núcleo Pedagógico; NDE – Núcleo Docente Estruturante; NDB – Núcleo Docente Básico; Comitê de Pesquisa; Comitê de Extensão; Comissão Disciplinar Discente.

No que se refere ao suporte documental, a estrutura pedagógica do *Campus* Sombrio está ancorada, principalmente, no PDI e PPI do IFC, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e na organização didática, além das demais regulamentações relativas a cada coordenação ou setor (regulamentos do Comitê de Extensão e de Pesquisa; regulamentos da comissão disciplinar; Resoluções do CONSUPER; Resoluções do CONCAMPUS, entre outras).

11.1 BIBLIOTECA

A Biblioteca do IFC – *Campus* Sombrio foi criada em 2010 e integra o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) do IFC. Possui aproximadamente 222 m², divididos entre salas de estudo, acervo e laboratório de pesquisa, seu horário de funcionamento é de segunda à sexta, das 8 até às 22h30min. Conta com um acervo de cerca de 8000 títulos divididos entre livros, folhetos, revistas e materiais audiovisuais, além de cerca de 12.000 obras e-book, acesso ao portal da Capes, catálogo do acervo disponível on-line e demais serviços para atender seus 700 interagentes. A biblioteca oferece os serviços de empréstimo, renovação, reserva, levantamento bibliográfico, catalogação na



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

fonte, visita orientada, capacitação de usuário, orientação e auxílio no uso de base de dados, normatização entre outros. Tem aspectos estruturais de acordo com as normas legais, e contamos com um acervo de livros digitais para pessoas com deficiência visual. A equipe da biblioteca é composta por quatro pessoas: um bibliotecário, um auxiliar de biblioteca e dois técnicos administrativos.

11.2 ÁREAS DE ENSINO E LABORATÓRIOS

Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O IFC - *Campus* Sombrio dispõe de um ambiente de trabalho para os professores do *Campus*, o qual pode ser utilizado pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia. Além disso, os professores têm acesso ao uso de impressoras e scanners. O ambiente destinado ao corpo docente possui ventilação apropriada, climatizadores de ar, boa iluminação, acessibilidade, comodidade e uma área de trabalho dividida em cinco ambientes: uma copa, uma sala de convivência e três salas para planejamento e atendimento de estudantes. O Espaço de trabalho para o coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFC-*Campus* Sombrio encontra-se junto à sala de coordenações de cursos noturnos, visando facilitar a comunicação entre as mesmas possibilitando trocas coletivas e socializações de eventuais problemas e/ou dificuldades. Cada área de trabalho dispõe de mesa e computador com acesso à Internet, de uso individual e impressora/scanner de uso compartilhado. O espaço possibilita o atendimento aos alunos e aos professores. A sala possui boa ventilação, climatizadores de ar, boa iluminação, acessibilidade, comodidade e uma área de trabalho individual para cada coordenador. O Curso de Licenciatura em Pedagogia tem à sua disposição 4 (quatro) salas de aula para uso em atividades, além do espaço reservado para montagem da Brinquedoteca e um laboratório de práticas pedagógicas. Estas salas possuem entre 25 e 40 carteiras e cadeiras que atendem às disciplinas ofertadas, quadro branco, projetor e/ou televisão 50 polegadas e climatização. As salas de aula do IFC - *Campus* Sombrio possuem dimensão adequada ao número de estudantes por turma e ao número de vagas ofertadas, as salas possuem ventilação adequada, condicionadores de ar, boa iluminação, acessibilidade e comodidade ao corpo discente. Todas as salas têm à disposição um projetor multimídia e wi-fi.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

O curso poderá usufruir ainda dos seis Laboratórios de Informática, um Laboratório Multidisciplinar de Ciências e um Laboratório de Matemática.

Laboratórios do curso de Pedagogia

Brinquedoteca

A Brinquedoteca do curso de Pedagogia terá um espaço situado no Bloco de Salas de aula. Orienta-se pelos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. Possuirá como mobiliário uma mesa delta e um armário com portas, compondo a parte administrativa; quatro (4) prateleiras acessíveis às crianças; uma (1) arara para fantasias e um baú para guardar objetos.

Laboratório de Práticas Pedagógicas

O espaço destinado ao Laboratório de Práticas Pedagógicas que oferecerá materiais variados contemplando diversas áreas do conhecimento, que permita aos acadêmicos e professores:

a) vivência de experiências teóricas e práticas em torno da dimensão do lúdico e do brincar, compreendendo-os como forma privilegiada de aprender das crianças. b) o planejamento e a simulação de atividades voltadas ao ensino e à aprendizagem, dos componentes curriculares das diversas áreas do conhecimento, sendo português, matemática, história, geografia, ciências e artes, para os estudos teóricos e práticos desenvolvidos no decorrer do curso.

11.3 ÁREAS DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA

O *Campus* Sombrio possui quadra poliesportiva e centro de convivência de alunos. Ainda no piso térreo, na ligação entre os dois prédios, que resulta em área coberta, há uma área de lazer e convivência para os alunos.

11.4 ÁREAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

Na área construída do IFC - *Campus* Sombrio encontram-se instalados dois prédios de 03 pisos, denominados Bloco A e Bloco B. Os dois blocos destinam-se às atividades pedagógicas,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

abrigando laboratórios e salas de aula, bem como ambientes pedagógicos complementares. As atividades administrativas localizam-se no prédio do antigo Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CEAC), além de outros ambientes complementares que servem ao trabalho administrativo e pedagógico. Os blocos A e B estão ligados por passarelas e o Bloco B possui 01 elevador, garantindo assim condições de acessibilidade.

O IFC - *Campus* Sombrio possui o Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento ao Educando – SISAE, o qual tem o objetivo de acompanhar o aluno em seu desenvolvimento psicossocial, bem como em suas rotinas estudantis, observando questões disciplinares e de desempenho escolar. Este setor conta com uma equipe multidisciplinar de psicóloga, assistente social, assistente de aluno e orientadora educacional. O SISAE trabalha no sentido de estabelecer melhor aproximação da instituição com os pais, no caso dos alunos; contribuir para o bom desempenho escolar, agindo preventivamente em casos de faltas disciplinares ou de frequência; promover ações de integração entre alunos e professores/servidores, entre outras finalidades.

O *Campus* Sombrio por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tem por finalidade contribuir para a promoção da inclusão e a equidade de condições para participação dos estudantes nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às necessidades específicas apresentadas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário. Promovendo assim, um sistema educacional inclusivo com condições de acessibilidade necessárias à permanência e ao êxito estudantil.

11.5 ACESSIBILIDADE

Em se tratando de acessibilidade, em cumprimento ao decreto nº 5.296/2004, o *Campus* Sombrio tem promovido o acesso às pessoas com necessidades específicas (PNE) a todas as dependências do *Campus*. Todos os banheiros, ao longo dos diferentes blocos, são adaptados para permitir o acesso de PNE's.

Além disso, vale observar a existência do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, que tem como objetivos desenvolver ações de implantação e implementação das políticas de inclusão, conforme as demandas do *Campus*. A atuação do NAPNE está de acordo com a Resolução 033/2019 do IFC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento apresentou o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Catarinense ofertado no *Campus* Sombrio, projeto construído a partir da demanda institucional, social, regional e local de formação docente gratuita, presencial e de qualidade.

Pretende-se, a partir do presente projeto, formar profissionais que desenvolvam um perfil pesquisador-crítico-reflexivo com um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos. Deseja-se que os pedagogos e pedagogas formados no *Campus* Sombrio possam atuar no ensino, na pesquisa, na organização e gestão de projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base de sua formação e identidade profissional fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

A importância da relação entre ensino, pesquisa e extensão, está colocada no PDI do Instituto Federal Catarinense, compreendida no âmbito da instituição como indissociável para a formação do saber. Apoiando-se nesta orientação busca-se que todos os componentes curriculares abordem a unidade teoria-prática sob diferentes configurações, para que não se perca a visão de totalidade da prática pedagógica e da formação como possibilidade de eliminar distorções decorrentes da priorização de um dos dois pólos.

Propõe-se a formação de professores e professoras que sejam também pesquisadores(as) de sua própria prática e assumam uma postura crítico-reflexiva, por isso o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia que aqui se apresenta não poderia deixar de estar, ele mesmo, sempre aberto a revisões e atualizações, colocando-se como documento de reflexão crítica e proposição de possibilidades para uma formação historicamente situada.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

REFERÊNCIAS

ALVES, R. F.; BRASILEIRO, M. C. E.; BRITO, S. M. O. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. **Episteme**. n.19, jul-dez, 139-148, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico do estado de Santa Catarina: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do CNE/CP nº: 5/2005** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do CNE/CP nº: 3/2006** - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MPOG, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Institui o sistema de cotas para estudantes de escolas públicas e a reserva de vagas para negros, pardos e indígenas em



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

instituições federais de ensino superior e técnico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Lei Nº 13.409, de 28 de Dezembro de 2016. Dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros em programas de apoio a esportes e outras atividades físicas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 29 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 18 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%20018-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 28 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta em Discussão**: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica - Brasília, abril 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em 17 de jun. de 2024.

CHARLOT, B. Formação de professores e a política educacional. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2010.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

DEMO, P. Desafios modernos da educação. Petrópolis: Vozes, 1997.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 04 de abr. de 2022.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

FLORO, E. F. O trabalho docente e verticalização do ensino nos Institutos Federais. In: ENDIP: A didática e a prática de ensino nas relações entre escola, formação de professores e sociedade, 17, 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [s. n.], 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/40662042-Educelivro.html>. Acesso em : 26 jun. 2023

GATTI, B.A.; TARTUCE, G.L.B.P.; NUNES, M.M.R.; ALMEIDA, P.C.A. A atratividade da carreira docente no Brasil. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, Fundação Victor Civita: São Paulo, 2009.

HOUSSAYE, J. *et al.* **Manifesto a favor dos pedagogos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. CONSUPER/IFC. Resolução nº 070, de 27 de novembro de 2013. Dispõe sobre o **Regulamento das atividades de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense**. [S.l.]: [s.n.], 2013. Disponível em: <https://propi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/47/2022/11/RESOLUCAO-070-2013-Aprova-regulamentacao-atividades-pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Organização Didática dos Cursos do IFC**: Anexo da Resolução nº 010/2021 Consuper/IFC. Blumenau, 2021. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>. Acesso em em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. CONSUPER. Resolução nº 15/2021, 29 DE ABRIL DE 2021 – **Regulamentação do Atendimento Educacional Especializado**. O Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal Catarinense tem sua regulamentação instituída pela Resolução nº 15/2021 – CONSUPER, que revogou a Portaria Normativa nº 04/2018, de 29 de janeiro de 2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Resolução Ad Referendum 13/2022 IFC/Consuper. Dispõe sobre a **Curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos do Instituto Federal Catarinense (IFC)**. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad-Referendum-n%C2%BA-02.2022.pdf>. Acesso em 18 de março de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Resolução 35/2022 – Consuper. **Regulamentação dos Estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense**. Blumenau: CONSUPER, 2013. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-017-2013-Aprova-resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad.-ref.-014-2013-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-Est%C3%A1gios-PROEX.pdf>. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional/2024-2028**. Blumenau, 2023. Disponível em: <https://pdi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/80/2024/01/Resolucao-03.2024-IFC-Aprova-PDI-2024-2028-Anexo.pdf> Acesso em 10 de jun. de 2024.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 45-68, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/303/boltec303g.htm>. Acesso em: 10 mai. 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LÜDKE, M. O professor pesquisador e a relação teoria e prática. In: LÜDKE, Menga (*et al.*) **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papyrus, 2001.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de ciências humanas**, v. 4, p. 1-18, 1978.

MANFREDO, E. C. G. **Reflexões na construção do ser professor: a busca da Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão em projeto integrado de formação de professores**. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, 2004. Disponível em: <http://revistas.facecla.com.br/index.php/reped/article/view/538/420>. Acessado em: 01/10/2011.

MORIN, E. **La mente bien ordenada**. Barcelona: Seix Barral, 2000.

ORTIGARA, C. Institutos Federais: uma nova concepção de educação ou reorganização administrativa? In: COLÓQUIO NACIONAL, 2., 2013, Natal. **Anais...** Natal. A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, IFRN, 2013.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PORTILHO, E. L. Aprendizagem ao longo da vida. **Revista Cenário Rural**, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Ano 3, n. 1. Brasília: SENAR, 2008.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Trad. de Claudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

SILVA, J. G. **A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina**. 2017. 416 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.



PROJETO Nº 141/2024 - DEPE/SOM (11.01.17.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 29/08/2024 11:31)

MIRIAN ROCHO DA ROSA DA SILVEIRA

DIRETOR - TITULAR

DEPE/SOM (11.01.17.01.01)

Matrícula: ###588#5

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **141**, ano: **2024**, tipo: **PROJETO**, data de emissão: **29/08/2024** e o código de verificação: **46be9a3b95**